

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE NOVEMBRO DE 2006

NÚMERO 5.653

15ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia  
**PRESIDENTE**  
Herneus de Nadal  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Lício Mauro da Silveira  
**1º SECRETÁRIO**  
Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**  
Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**  
José Paulo Serafim  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Celestino Secco

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Rogério Mendonça

**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**  
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO LIBERAL**  
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Nilson Nelson Machado

**PARTIDO SOCIALISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello - Presidente  
Celestino Secco - Vice Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Francisco de Assis  
Gelson Merísio  
Moacir Sopelsa  
Afrânio Boppré  
Paulo Eccel  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Vice Presidente  
Djalma Berger  
Vânio dos Santos  
Altair Guidi  
Nelson Goetten  
Afrânio Boppré  
Rogério Mendonça  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Paulo Eccel - Presidente  
Celestino Secco - Vice Presidente  
José Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Romildo Titon  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori - Presidente  
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente  
Luiz Eduardo Cherem  
Genésio Goulart  
Moacir Sopelsa  
Gelson Merísio  
Mauro Mariani  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Vânio dos Santos - Presidente  
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente  
Afrânio Boppré  
José Carlos Vieira  
Paulo Eccel  
João Henrique Blasi  
Clésio Salvaro  
**Terças-feiras, às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira - Dentinho - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Antônio Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Rogério Mendonça  
Romildo Titon  
Odete de Jesus  
Antônio Luz Neto  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva - Presidente  
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente  
Wilson Vieira - Dentinho  
Mauro Mariani  
Jorginho Mello  
Nilson Nelson Machado  
Antônio Carlos Vieira  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio - Presidente  
Wilson Vieira - Dentinho - Vice Presidente  
Gilmar Knaesel  
Antônio Carlos Vieira  
Altair Guidi  
Genésio Goulart  
Sérgio Godinho  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho - Presidente  
Vânio dos Santos - Vice Presidente  
Gilmar Knaesel  
Nelson Goetten  
Francisco de Assis  
Reno Caramori  
Rogério Mendonça  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Onofre Santo Agostini - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Luiz Eduardo Cherem  
Simone Schramm  
Sérgio Godinho  
Antônio Aguiar  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Djalma Berger - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice Presidente  
Reno Caramori  
Gelson Merísio  
Francisco de Assis  
Nilson Nelson Machado  
Antônio Aguiar  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Antônio Ceron  
Gilmar Knaesel  
Paulo Eccel  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Celestino Secco - Presidente  
Vânio dos Santos - Vice Presidente  
Cesar Souza  
Simone Schramm  
Luiz Eduardo Cherem  
Moacir Sopelsa  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro - Presidente  
Francisco de Assis - Vice Presidente  
Celestino Secco  
Antônio Ceron  
Wilson Vieira - Dentinho  
Cesar Souza  
Antônio Aguiar  
Narcizo Parisotto  
João Henrique Blasi  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1675**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 092ª Sessão Ordinária da  
15ª realizada em 16/11/2006.....2

**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....3  
Atas das Comissões  
Permanentes.....17  
Extratos.....18  
Redações Finais.....18  
Resoluções.....24

**PLENÁRIO**

# ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As nove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Carlos Vieira - Genésio Goulart - João Henrique Blasi - Julio Garcia - Lício Silveira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori.

**SUMÁRIO**

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Solicita correção no expediente distribuído aos deputados.

**Breves Comunicações**

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Reporta-se à SC-302 e aos governadores que participaram da sua construção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(Procede-se à leitura das atas.)

Em discussão as atas que acabam de ser lidas.

(Pausa)

Não havendo quem as queira discutir, a Presidência as submeterá à aprovação na sessão de terça-feira.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, é só para fazer uma correção.

Recebi o expediente da data de hoje e há um equívoco que eu gostaria de fazer a correção: os Ofícios recebidos n.s 16.592/2006 e 16.208/2006, referidos como do presidente do Tribunal de Justiça, são do Tribunal de Contas. Está havendo um engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência solicita à assessoria que proceda à correção solicitada pelo deputado Antônio Carlos Vieira.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, eu me inscrevi para as Breves Comunicações para - talvez nem houvesse necessidade de fazer este comentário se não fosse preciso fazer uma reparação - falar a respeito de um pronunciamento nosso referente à rodovia SC-302. Para que não pairasse qualquer dúvida aos catarinenses, nós tivemos o cuidado e o custo para ir até o local, levar a televisão e mostrar aquilo sobre o qual insistimos há mais de um ano.

Lamentavelmente, eu havia me ausentado do plenário por alguns minutos, porque fora convidado pela repórter da TVAL, e naquele momento o digno deputado, com todo respeito, Antônio Aguiar usou da palavra fazendo um contraditório.

Eu acho que cabe, aqui, uma reparação. Talvez ele, como representante de Canoinhas, não passe por Porto União no sentido de Matos Costa; eu até posso admitir. Quando alguém quer fazer o contraponto, qualquer contestação - é claro que esta Casa está aberta para os debates -, ela deve ter uma certeza anterior, verificar *in loco*, constatar a realidade, porque esta Casa exige respeito! Eu jamais usarei esta tribuna, sr. presidente e srs. deputados, para caluniar ou difamar alguém, muito menos uma autoridade constituída.

E o deputado Antônio Aguiar, já numa outra oportunidade, com referência às verbas do art. 170 que o governo não havia repassado, veio à tribuna e tentou dizer que eu estava enganado. Eu fui obrigado a mostrar ao deputado Antônio Aguiar os documentos que comprovavam isso e pedi-lhe que se orientasse através da sua assessoria, para que não falasse bobagem desta tribuna.

Eu peço desculpas a s.exa. pelo fato de não estar presente nesta sessão, mas ele

terá oportunidade de buscar no *site* desta Casa, nos serviços taquigráficos e nas gravações o nosso pronunciamento.

Então, vejamos: eu mostrei o vídeo, a realidade e o deputado Antônio Aguiar disse que foi um caso isolado, que eu estava denegrindo, pelo *site* da Assembléia, a imagem do governador e que ele realizou muito lá, pois nada até então havia sido feito por aquela região. Talvez o deputado Antônio Aguiar seja novo na região, porque quem construiu a BR-280, deputado Lício Silveira, foi o ex-governador Esperidião Amin. A principal rodovia que liga Canoinhas com o mundo foi o ex-governador Esperidião Amin, deputado Antônio Aguiar, quem construiu! S.Exa. deve informar-se melhor para evitar esse tipo de contraditório nesta Casa.

Não é meu costume fazer isso, mas sou obrigado, até porque o povo tem que saber da verdade e esta Casa, desde que foi construída, foi feita para falar a verdade. Eu não admito outra coisa!

Por causa disso, srs. deputados, é que eu volto a esta tribuna, nesta manhã, para fazer este comentário! É uma pena que o deputado Antônio Aguiar não esteja presente. Talvez ele tenha ido lá no buraco, em São Miguel da Serra, no município de Porto União, verificar *in loco* se era verdade. Ele deveria ter feito isso antes e depois o pronunciamento, caso fosse verificada alguma irregularidade.

Por isso a nossa indignação! Além disso, essa obra da rodovia SC-302 a população, como foi divulgado, não espera somente há 50 anos, ela espera há muito mais tempo, porque ela foi construída há mais de 50 anos, deputado Antônio Carlos Vieira! Mas a primeira tratativa para a sua implantação e pavimentação foi no ano de 1986, no governo de Esperidião Amin. Logo em seguida veio o finado Pedro Ivo e paralisou a obra. Depois veio o saudoso Vilson Kleinübing e reiniciou o projeto. Era vontade do então governador Vilson Kleinübing ver aquela obra concluída ou, pelo menos, em andamento. E ele a reiniciou com recursos próprios. Durante o seu governo a obra teve um andamento lento, mas teve.

Quando assumiu Paulo Afonso Vieira, o primeiro ato benéfico que ele fez para a nossa região foi cancelar o contrato com as empreiteiras. Depois de tanta polêmica e de tanta guerra, o governador Paulo Afonso Vieira colocou-a no contrato do BID, assinou um convênio e foi a Porto União entregar a ordem de serviço. Eu estava lá! Enquanto ele mentia ao povo de Santa Catarina, eu estava na outra rádio dizendo que era mentira. Isso está gravado, deputado Onofre Santo Agostini! Eu não

gosto de mentira, gosto da realidade. Tanto era mentira, que a ordem de serviço que ele entregava, numa baita churrascada em um dos bairros da cidade, era falsa, porque em momento algum aquela obra teve início no governo de Paulo Afonso Vieira.

Para aproveitar aquele contrato, antes que, por lei, findasse a sua validade, volta, então, o governador Esperidião Amin a fazer o trecho da obra de Matos Costa a São Miguel da Serra, que é a tal da Serra de São Miguel. Então, Paulo Afonso Vieira não fez um metro daquela obra.

Na continuidade, o governador Amin rescindiu aquele contrato, de acordo com a legislação vigente, colocou a obra no BID, depois de recuperada a credibilidade do estado, e refez todo o projeto da estrada Caçador/Calmon/Matos Costa/Porto União, aí sim, com projeto ambiental, de acordo com as exigências do banco, e iniciou a obra. Na verdade, deixou tudo pronto, dinheiro alocado, tudo certinho!

Veio então o governador Luiz Henrique da Silveira, agora reeleito. Depois de cinco meses de paralisação, deu continuidade à obra. Até fizeram uma baita festa: Pinho Moreira, Cobalchini estiveram lá no local fazendo uma festa em razão do reinício da obra. É um absurdo acontecer isso! Paralisaram durante cinco meses e depois fizeram uma festa porque reiniciaram?! Deviam era ter pena daqueles pequenos empreiteiros, que subempreitavam trechos do contrato maior, e que parados durante cinco meses não agüentaram ter que pagar o quadro de empregados e faliram, quebraram. Lá em Caçador, quatro ou cinco desses pequenos empreiteiros faliram por conta da paralisação daquela obra.

Então, o deputado Antônio Aguiar terá o direito do contraditório. Eu quero discutir com s.exa. nesta Casa! Mas, por favor, é a segunda vez; a terceira vez eu não vou admitir. Aí vai complicar. Eu acho que esta Casa foi feita para discutirmos as opiniões, as ideologias, para defendermos os nossos partidos, os nossos governos, aquilo que é de direito das nossas regiões, do estado de Santa Catarina. Agora, com a verdade.

Quero dizer-lhe que muito mais do que Luiz Henrique, Esperidião Amin fez por aquela região. E para clarear as suas idéias - talvez não faça neste ano, vou deixar para o próximo ano, na próxima legislatura -, vou trazer uma coisa mais completa, aproveitando que o atual governo já terá encerrado o seu mandato de quatro anos: um comparativo da minha região de quem fez mais obras; se foi Esperidião Amin, como secretário dos

Transportes no governo de Jorge Bornhausen e como governador do estado, ou se foi Luiz Henrique da Silveira.

Então, é importante que esta Casa registre esta nossa manifestação, porque eu gosto da verdade e o povo de Caçador, de Calmon, de Matos Costa, de Porto União e de todo o planalto norte merece conhecer a verdade. E a verdade é esta: estou disposto a qualquer contestação por parte do deputado Antônio Aguiar. Usei o seu nome porque está no *site*, mas s.exa., infelizmente, não está presente. Contudo, deverá estar presente na próxima semana e voltarei a esta tribuna.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Não há oradores inscritos do PMDB nem de qualquer outro partido.

Consulto o deputado Antônio Carlos Vieira se deseja fazer uso da palavra.

(O deputado Antônio Carlos Vieira declina.)

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0229/2006, de autoria do deputado Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Paulo Eccel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Odilrei Dell'Agnollo, cumprimentando-o pela eleição e posse como presidente do DCE do Centro Universitário de Brusque.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da bancada do Partido Progressista, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal Odacir Zonta, cumprimentando-o pela condução à função de coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, dia 21, às 19h, para outorga de medalhas de mérito.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO COM A COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL PARA DEBATER SOBRE O ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2007, REALIZADA NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

O SR. VICE-PRESIDENTE DA ALESC (Deputado Herneus de Nadal) - O Congresso Nacional, através da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cumprindo o roteiro dos seminários regionais para a discussão da proposta orçamentária para 2007, nos dá alegria e satisfação pela presença aqui do presidente daquela Comissão e do seu relator para debater o Orçamento da União para 2007.

Essa é uma oportunidade ímpar para que os cidadãos das regiões brasileiras contempladas com o roteiro dos seminários regionais para discussão da proposta orçamentária possam participar de forma mais efetiva, representando entidades, entes públicos e vários segmentos da sociedade.

Para que possamos dar andamento ao seminário, eu tenho a grata satisfação de convidar para compor a mesa o senhor deputado federal Gilmar Machado, presidente da Comissão Mista de Orçamento; o senador Valdir Raupp, relator-geral para a proposta orçamentária da União para 2007; o senhor deputado federal Cláudio Vignatti; o senhor deputado federal Leodegar Tiscoski e o deputado estadual padre Pedro Baldissera.

Feitas essas referências sobre a importância do roteiro dos seminários regionais para que se possa discutir a proposta orçamentária para 2007, logicamente na expectativa de ver o nosso Estado devidamente contemplado nos seus pleitos já formulados na esfera federal, passamos a condução dos trabalhos ao deputado

federal Gilmar Machado, para que declare aberto o seminário e conduza a presente audiência pública, a fim de que possamos retirar deste evento e deste momento o melhor proveito possível, com uma discussão franca e aberta em relação aos recursos que serão destinados às unidades da nossa Federação.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Meu boa-tarde a todas e a todos.

Senhor deputado Herneus de Nadal, quero, através de sua pessoa, agradecer ao presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia, e a toda a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina a colaboração para com o Congresso Nacional, para que pudéssemos no dia de hoje iniciar uma série de debates pelo País a fim de que, juntos, possamos discutir o Orçamento da União.

O principal objetivo do Congresso Nacional é dar maior transparência possível tanto à elaboração quanto à execução da peça orçamentária. Esse é um esforço que todo o Congresso Nacional realiza, junto com o nosso relator, senador Valdir Raupp, e os nossos parlamentares, membros ou não da Comissão Mista de Orçamento.

Muitas vezes, o comentário é que o Orçamento da União é algo fechado, que é pressionado apenas por lobistas em Brasília e que a população tem pouca possibilidade de participação nele, e queremos dar ao conjunto da população brasileira essa oportunidade.

Sabemos das limitações, mas queremos ir pelo menos a um Estado da Federação em cada região do Brasil. Iniciando hoje aqui e encerrando na sexta-feira em Recife, pela região Nordeste, queremos abrir a possibilidade para que tanto os parlamentares, os representantes governamentais, quanto a sociedade civil, possam ter condições de conhecer o Orçamento da União e dar a sua contribuição.

Queremos, com essa iniciativa aqui hoje, começar a mudar a forma de elaborar o Orçamento da União, dando maior transparência e, acima de tudo, acompanhamento.

Durante o debate, vamos ter a oportunidade de ouvir aqui o representante do Ministério do Planejamento, que vai fazer uma exposição inicial, bem como os nossos técnicos.

Vocês estão recebendo um caderno com uma síntese do Orçamento da União e, aqui ao lado, está toda a peça orçamentária, a qual vocês poderão manusear. Os nossos técnicos estão aqui para assessorá-los na montagem e para dar esclarecimentos.

No mesmo formulário, vocês vão ter sugestões de emenda, que depois serão repassadas às bancadas. Todas as bancadas dos Estados receberão depois esse formulário para poder dar a sua colaboração, a sua contribuição.

No caderno estão colocados, por região, os recursos que já constam do Orçamento. Vocês também vão encontrar nesse caderno as emendas que foram apresentadas neste ano, para que tenham uma noção do que é possível ser apresentado em termos de emenda de bancada, e os recursos das outras regiões, para fazerem um comparativo daquilo que está chegando e quais são as prioridades que os parlamentares em cada região do Brasil têm apresentado.

Então, nesta fala inicial, quero agradecer mais uma vez, e espero que possamos iniciar uma nova forma de debater, de abrir de fato o Orçamento. Pelo menos a mesa diretora da Comissão Mista de Orçamento e o nosso relator, senador Valdir Raupp, querem de fato garantir que, na montagem do Orçamento de 2007, a população tenha oportunidade de participar, de dar a sua contribuição. Ao mesmo tempo, queremos também que haja depois um acompanhamento na execução desse mesmo Orçamento, que iremos votar.

Nossos técnicos depois vão informar vocês. Nós vamos ter uma sala aqui ao lado onde vocês vão poder acompanhar e ser orientados em como poderão acompanhar de suas casas a execução do Orçamento da União através de um instrumento chamado Fiscalize.

Na próxima quarta-feira, em Brasília, será lançado o Portal do Orçamento, pelo qual todos vão poder acompanhar o trabalho da montagem e da execução de qualquer recurso. Temos aqui dois parlamentares de Santa Catarina que também apresentaram emendas individuais, como todos os parlamentares, e, através desse Portal do Orçamento, vocês vão poder acompanhar a emenda individual que eles fizeram, para qual município, qual o valor e como está a execução dessa obra. Vocês vão ser orientados e receberão um pequeno treinamento na sala aqui ao lado, se for de seu interesse, para poderem acompanhar.

São métodos e mecanismos que nós estamos querendo criar e abrir para que a população, de fato, possa acompanhar, já que o Orçamento nada mais é do que o imposto que cada um de nós paga. E nós temos o direito de acompanhar cada centavo desse imposto, para onde ele vai e onde é aplicado. Então, essa é a contribuição que o Congresso Nacional quer dar com relação ao Orçamento do País.

Antes de passar a palavra ao nosso relator, senador Valdir Raupp, para as suas considerações iniciais, quero agradecer e registrar a presença do senhor Túlio Tavares Santos, diretor-geral da Secretaria de Estado e Planejamento, neste ato representando o governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira; da senhora vereadora Ângela Albino, neste ato representando a Câmara Municipal de Florianópolis; do senhor Acir Alfredo Hack, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho; do senhor Odilon Silva, neste ato representando o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, senhor Luiz Marinho; do senhor Sérgio Cruz, neste ato representando o Ministério do Esporte; do senhor Nestor Bueno, diretor-geral da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná; da senhora Márcia Sartori Damo, secretária nacional de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional; do senhor Jair José Farias, prefeito do município de Bom Retiro e presidente da Amures; do senhor Antônio Tibúrcio Gonçalves, prefeito do município de Monte Carlo.

Ao longo da nossa atividade, iremos anunciar as demais autoridades, e, após a exposição dos componentes da mesa e dos técnicos, serão dados cinco minutos para as entidades e representações municipais apresentar suas sugestões e dar a sua contribuição.

Esta audiência está sendo gravada, e quero mais uma vez agradecer à Assembléia Legislativa a colaboração com o serviço de taquigrafia, de som e de imagem, que será muito útil para o trabalho que faremos em Brasília. Essa parceria vai ser fundamental para que se possa levar a contribuição da região Sul.

Com a palavra o relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP (RO) - Senhor presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Gilmar Machado; senhor vice-presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, deputado Herneus de Nadal, representando neste ato o presidente deste Poder; senhores deputados federais e estaduais; representantes do governo de Santa Catarina; representantes de entidades dos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina.

*(Passa a ler.)*

"Ao participar de uma audiência pública de tal relevância para o processo orçamentário de nosso país, registro minha enorme satisfação por ter sido indicado para exercer o cargo de relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007. Entretanto, ao lado da satisfação, é imprescindível reconhecer que o cargo de relator-geral nos impõe responsabilidades diante da Nação, habilidade para lidar com demandas insatisfeitas e, principalmente, capacidade para transformar as demandas sociais em efetivas ações orçamentárias.

Esse é o grande objetivo do nosso encontro hoje aqui, no Estado de Santa Catarina: discutir com a sociedade civil organizada, por meio de representações legitimamente constituídas, visando garantir a sua participação no processo de elaboração do Orçamento da União para o próximo exercício. Estão programadas cinco audiências públicas, uma em cada região do País, adotando o binômio *transparência e participação* como nosso lema de trabalho frente à relatoria.

Em um regime republicano e democrático, é essencial preservar uma relação equilibrada entre os Poderes, a qual perpassa o ciclo orçamentário. O orçamento público constitui a expressão, através de lei, das decisões políticas de alocação dos recursos públicos. O Legislativo, representando formalmente o povo, deve opinar, modificando as propostas apresentadas pelo Poder Executivo. E, obviamente, tal opinião deve estar embasada nas discussões com a sociedade organizada.

Desse modo, o orçamento público pode tornar-se a peça de controle do gasto público, impedindo aquele não desejado, as prioridades diferentes das definidas e as despesas em nível superior aos recursos previstos. Ao mesmo tempo, ao cumprir a função de planejamento das despesas prioritárias, o orçamento público representa escolhas políticas que afetam a vida do cidadão.

A necessidade política de controle de gastos, para evitar a evolução descontrolada da dívida pública, e a transparência do processo orçamentário, para tornar explícito os efeitos distributivos do Orçamento, têm levado a que a forma de apresentar, executar e controlar os orçamentos torne-se cada vez mais abrangente e complexa, exigindo uma infinidade de quadros e demonstrativos.

Mas não vou abordar essa complexidade. Na verdade, minha participação nesta audiência é muito mais de ouvinte do que de expositor. Mesmo assim, sinto-me na obrigação de fazer uma rápida reflexão sobre a evolução recente do processo orçamentário no Brasil.

O estudo da história do orçamento público remete ao estudo da história do surgimento do Estado, já que este, para alcançar os seus fins, financia seus gastos por meio de recursos subtraídos da sociedade.

Depreende-se, assim, que o instrumento do orçamento, embora inicialmente concebido como um mecanismo de controle político do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, ao longo do tempo sofreu mudanças no plano conceitual e técnico para acompanhar a própria evolução das funções do Estado, notadamente nos seus aspectos distributivo e de alocação de recursos.

Em período mais recente, um limite extremo de livre participação parlamentar na elaboração do orçamento brasileiro foi dado pela Constituição de 1946. Num extremo oposto, tem-se a Constituição de 1969, que limitava a ação do Poder Legislativo, fazendo com que, na prática, apenas homologasse o projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo.

Em meio a esses extremos, emergiu a Constituição de 1988, que procurou estabelecer uma divisão de responsabilidades entre os dois Poderes mais adequada à ordem democrática que pretendeu imprimir. Ao mesmo tempo em que procurou assegurar aos parlamentares a prerrogativa para modificar os planos e os projetos de lei relativos à matéria orçamentária, buscou situar esse direito em nível tal que não abrisse espaço para desfigurar a proposta, norteando para que a participação do Legislativo viesse na direção efetiva de contribuir para o aperfeiçoamento dos projetos enviados pelo Poder Executivo.

Nesse sentido, estabeleceu uma série de condicionantes à elaboração e execução do orçamento, bem como à formulação de emendas pelos parlamentares, e instituiu o denominado ciclo orçamentário ampliado, que se inicia com a exigência do Plano Plurianual, que estabelece o planejamento de longo prazo, prossegue com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que faz a ligação do Plano com o planejamento de curto prazo, dado pelo Orçamento anual, e encerra-se com a exigência de prestação de contas pelo presidente da República ao Congresso Nacional.

Adicionalmente, determinou que esses projetos fossem apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional por uma comissão mista permanente de deputados e senadores, com a incumbência de dar parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária da União. Essa comissão foi instituída por meio da Resolução nº 1, de 1989 - CN, com a denominação de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Essa resolução e suas alterações posteriores, juntamente com o Regulamento Interno da Comissão, disciplinam o funcionamento e todos os ritos e procedimentos a serem observados na tramitação dos projetos de lei do ciclo orçamentário e da prestação de contas do presidente da República.

É evidente que ainda existem modificações a serem buscadas. Mas consideramos que audiências como a que hoje realizamos representam um salto qualitativo em direção ao aperfeiçoamento do processo.

Também é importante lembrar que a participação do parlamentar no processo não se restringe nem se esgota na apresentação de emendas, uma vez que envolve uma série de outras atividades. Contudo, são as emendas, individuais e coletivas, que possuem maior transparência para a sociedade.

Há uma tradição de acolhimento praticamente integral de todas as emendas individuais, já no âmbito das relatorias setoriais. O mesmo não pode ser dito a respeito das emendas de natureza coletiva, ou as chamadas emendas de bancada. Historicamente, o valor solicitado destas supera amplamente o valor atendido, devido à escassez de recursos livres para o seu acolhimento. Pode-se dizer que essa é a parte mais dura e árdua do trabalho do relator: acomodar as expectativas dentro dos recursos disponíveis. (E que o diga o nosso presidente, deputado Gilmar Machado, que já foi relator do Orçamento, e o deputado Carlito Merss, de Santa Catarina, que foi o Relator no ano de 2006.)

Em termos de atendimento de emendas no exercício de 2006, é importante mostrar os números consolidados para a região Sul.

No caso dos investimentos, a proposta do Poder Executivo era de R\$ 1,1 bilhão, e o Congresso Nacional passou para R\$ 1,9 bilhão, ou seja, um aumento de 70,0%.

Já para as despesas de custeio, a proposta que era de R\$ 5,2 bilhões passou para R\$ 5,4 bilhões, com um aumento de 4,47%.

A proposta orçamentária para 2007 contempla a região Sul com R\$ 1,51 bilhão, sendo R\$ 769,5 milhões para custeio e R\$ 740,05 milhões para investimentos."

Falarei aqui apenas de Santa Catarina, mas há investimentos que contemplam também o Estado do Rio Grande do Sul e, por que não, o Estado do Paraná, que é o chamado corredor do Mercosul. Nós temos já há alguns anos, e para o exercício de 2007, recursos assegurados para a continuidade das obras de duplicação da BR-101.

Sou catarinense, do município de São João do Sul, e a maioria dos meus parentes mora ainda em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Faço de carro quase todos os anos uma viagem de Brasília a São Paulo, onde passo o Natal na casa de meu sogro; depois passo o Ano-Novo na casa da minha mãe, no Estado do Rio Grande do Sul, em Capão da Canoa. Então, sei das dificuldades desde antes da duplicação de Curitiba até Palhoça, que agora ficou uma maravilha, até esse estreito corredor de Palhoça a Osório, no Rio Grande do Sul, onde ocorrem os engarrafamentos, principalmente no período de verão. Várias empresas agora têm recursos garantidos no Orçamento de 2006, e também vão sair no Orçamento de 2007 recursos para a conclusão dessa obra tão importante para esses Estados do Sul, que é a BR-101.

Falo também aqui do aeroporto de Florianópolis, um dos últimos aeroportos de capitais do nosso país que ainda não foi modernizado. E tenho uma notícia boa (falei ainda hoje com o diretor da Infraero, tenho falado constantemente com o presidente da Infraero, com os diretores): já tem assegurado para licitar, senão até o final do ano, logo no início do ano que vem, um valor de R\$ 278 milhões para o aeroporto Hercílio Luz, aqui de Florianópolis, o que vai possibilitar o atendimento de dois milhões e setecentos mil passageiros por ano e de quatro aeronaves de grande porte simultaneamente, com embarque e desembarque, numa área de 36 mil metros quadrados, sendo a área de pátio de 141 mil metros quadrados, e com geração de 1.100 empregos diretos e 3.300 empregos indiretos.

(*Continua lendo.*)

"O valor total da proposta do Orçamento Geral da União é de R\$ 1.560,93 trilhão, sendo R\$ 655,8 bilhões relativos ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública, R\$ 49,39 bilhões constantes do orçamento de investimento das estatais e R\$ 855,74 bilhões dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

São valores elevados, sem dúvida. Observe-se que, ao se deduzir a dotação destinada à rolagem da dívida e as despesas financeiras e as transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, obtém-se as despesas denominadas primárias.

As despesas primárias são aquelas destinadas a custear os gastos com pessoal e benefícios previdenciários, as despesas correntes e os investimentos que são executados por meio de atividades e projetos governamentais.

Por outro lado, diminuindo-se as despesas primárias das receitas primárias, obtém-se o resultado primário, que, *grasso modo*, demonstra a capacidade de pagamento das dívidas anteriormente contraídas por um país.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, ainda em tramitação no Congresso Nacional, estabelece um superávit de 4,25 do PIB em 2007 para a União, Estados e municípios, sendo 2,45 do PIB para o Governo Central (fiscal e seguridade social), que correspondem a R\$ 56,2 bilhões e 0,70% do PIB para as estatais federais.

A rigidez do Orçamento pode ser medida pela quantidade de despesas obrigatórias, cujos recursos não podem ser utilizados para atender a outro tipo de despesa em decorrência de determinação constitucional ou legal.

Em 2007 as despesas primárias obrigatórias consomem 39% do orçamento efetivo e 78,4% do total das despesas primárias. As despesas discricionárias representam 10,7% do orçamento efetivo e 21,6% do total das despesas primárias. O resultado primário absorve 6,2% do orçamento efetivo e equivale a 12,5% das despesas primárias.

Observe-se que há pouca liberdade de remanejamento de despesas dentro das próprias despesas discricionárias, pois nela estão obrigados o custeio da máquina administrativa e alguns gastos sociais muito importantes.

Relativamente a 2006, destacam-se os aumentos de 9,5% das despesas primárias obrigatórias e de 10,3% nas despesas discricionárias, nas quais se situa grande parte dos investimentos governamentais oriundos de emendas parlamentares.

Sem pretender esgotar o assunto, vou apenas informar alguns valores: estão previstos R\$ 119,3 bilhões para despesas de pessoal e encargos; R\$ 101,8 bilhões para transferências obrigatórias para Estados e municípios; e R\$ 16,16 bilhões para investimentos. Deu para perceber que os valores para investimento são muito pequenos diante das demandas que o País enfrenta.

No caso específico dos investimentos, e considerando que as emendas parlamentares acrescentam recursos em investimentos superiores aos R\$ 3,5 bilhões da reserva de contingência primária contida na proposta para 2007 e destinada a acolher emendas, o valor pode subir no mínimo para R\$ 19,7 bilhões, inferior em R\$ 1,6 bilhão ao autorizado na LOA de 2006 (e, com as emendas parlamentares, com certeza nós vamos ultrapassar os valores em investimentos de 2006).

Finalmente, acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, discutir o conflito programação versus execução no bojo dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização preceituados na Lei de Responsabilidade Fiscal, fortalecem a instituição do orçamento público, símbolo e fundamento das modernas democracias.

O realismo orçamentário, o esforço para a definição de critérios e prioridades terão como resultado uma maior valorização da Lei de Meios e a qualificação da ação congressual, sob pena de se transferir à Administração, durante a execução orçamentária, todo o poder efetivo de eger ações e projetos prioritários.

O Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, entre outras instituições públicas e privadas, possuem em seus sítios na Internet informações, em diversos níveis de complexidade, relativas à matéria, e que por certo serão eficazes no acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos."

Peço desculpas pela delonga, mas era preciso esclarecer um pouco mais sobre o Orçamento.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Obrigado, relator.

Registramos a presença do secretário municipal de Finanças, senhor Luiz Eduardo da Veiga Sebastião, neste ato representando a Prefeitura de Curitiba.

Convidamos o deputado Paulo Afonso para que faça parte da mesa dos trabalhos, bem como a senadora Ideli Salvatti, que é membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Depois da fala dos deputados, teremos a exposição dos consultores e de algumas entidades. Desde já, quero agradecer ao Fórum Brasil do Orçamento e à Transparência Brasil, que têm sido parceiros, e às entidades sindicais, que têm dado a sua contribuição nesse processo de abertura e democratização da peça orçamentária.

Com a palavra, por cinco minutos, o deputado federal Cláudio Vignatti.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO VIGNATTI (SC) - Inicialmente, boa-tarde a todos.

Quero fazer uma saudação especial ao deputado mineiro Gilmar Machado, presidente da Comissão Mista de Orçamento; ao senador Valdir Raupp, representando o PMDB na coordenação, porque se revezam o presidente e o relator das duas maiores bancadas durante quatro anos na Comissão de Orçamento, pelo Regimento Interno da Casa; à senadora Ideli Salvatti, representando o Senado Federal; ao vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Heneus de Nadal, representando o Poder Legislativo local; aos deputados federais Leodegar Tiscoski e Paulo Afonso Vieira.

Também quero saudar os prefeitos, os representantes das relações ministeriais, os servidores públicos federais aqui presentes, os representantes das organizações sociais, os cargos de confiança do governo federal, os representantes de diretorias estratégicas de Santa Catarina e de outros Estados.

Primeiramente, cumprimento o Gilmar por essa iniciativa importante, porque a Comissão de Orçamento sempre se restringia muito às portas de Brasília. Nós tivemos a oportunidade de, pela primeira vez, ter uma construção política de forma positiva do PPA, quando o Brasil inteiro, através do novo governo federal, teve a oportunidade de colaborar para a construção do PPA em nível nacional.

Como hoje é uma segunda-feira pós-feriado, muitos deputados federais do Paraná e do Rio Grande do Sul que foram convidados não estão aqui presentes, e em vez de nós fazermos a reunião em Brasília, estamos fazendo-a na região, de acordo com o calendário estipulado para o Brasil inteiro.

Então, quero saudar você, Gilmar, como presidente da Comissão Mista de Orçamento, e o senador Valdir Raupp, por essa iniciativa de estarem próximos das pessoas e ouvi-las, dando-lhes a oportunidade de colaborar na construção da peça orçamentária nacional. Porque é o relator que pode mudar, aperfeiçoar o Orçamento, juntamente, é claro, com o presidente. Por Santa Catarina, são os deputados federais que podem (e devem) levar as reivindicações que poderão ser construídas via emendas por parte da bancada catarinense - as duas emendas regionais a que o Sul tem direito.

Quero dizer a todos aqui que sou defensor de duas emendas estratégicas para o Sul do Brasil, e vou defender isso, como coordenador que ainda sou (amanhã, às 17h, no Congresso Nacional, vou passar a coordenação do Fórum Parlamentar Catarinense para outro deputado, e agora é a vez do PP coordenar em Santa Catarina).

Portanto, acho importante discutir e construir duas emendas do Sul que atendam aos interesses dessa região. A primeira que vou defender diz respeito à universidade da mesorregião da grande fronteira do Mercosul. Vimos construindo o debate sobre a criação dessa universidade para que ela possa construir espaços diferentes entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná dentro de uma mesorregião, considerada inclusive como um programa definido pelo governo federal, que já vem de outros governos, cujo objetivo é melhorar as condições de vida dessas regiões através de investimentos estratégicos.

Achamos que investir em conhecimento para desenvolver essa região, tanto na pesquisa como na expansão, é uma estratégia importantíssima, e estaremos investindo numa emenda regional Sul que sirva para a construção da universidade federal da mesorregião.

Nós garantimos a emenda no PPA em 2003, e em 2004 foi aprovada. Garantimos emenda na LDO, e a Universidade Federal de Santa Catarina está elaborando um projeto estratégico, com emenda deste deputado, para o Ministério da Educação. Nós não fizemos audiência pública antes do período eleitoral para não ser um casuísmo eleitoral, mas estamos elaborando essa proposta da Universidade com a participação do (*ininteligível*) social, da coordenação dos fóruns da mesorregião, de entidades, prefeitos e outros. Essa proposta atinge o Rio Grande do Sul e significativa parte de Santa Catarina e do Paraná.

Outra emenda que eu também considero estratégica para a região Sul diz respeito ao desenvolvimento da faixa de fronteira da grande região do Mercosul, que estaremos defendendo dentro dos programas estratégicos e prioritários.

Santa Catarina tem se destacado. Inclusive, no ano passado, na bancada catarinense, foram apresentadas emendas que atingem objetivos muito mais do interesse coletivo de Santa Catarina.

Quero citar um exemplo: a BR-282, que, depois de sete anos, passou por um problema licitatório, que está no Ministério Público. E, num deságio construído junto com o TCU, foram economizados 42 milhões no processo licitatório, num pacto construído junto com o DNIT, fazendo com que a empresa pegasse a obra com esse custo de 42 milhões de reais a menos. A emenda da bancada catarinense foi para a BR-282 por considerar essa BR estratégica para ligação da Argentina com o litoral catarinense.

Nós tivemos a felicidade de aprovar isso na Comissão de Orçamento e ver empenhados os primeiros 15 milhões. Com certeza, essa é uma das questões estratégicas para Santa Catarina, assim como são estratégicos os investimentos para a interiorização da Universidade Federal, para a Udesc, para a capacitação dos hospitais de média complexidade, para investir nos portos, e assim por diante.

Então, pensar-se muito mais em investimentos estratégicos, que vêm em consonância com os interesses do Estado de Santa Catarina, e em alguns programas que têm consonância com o governo federal, porque essa é a possibilidade das emendas que estão colocadas por parte dos deputados, em número de 16.

A senadora Ideli Salvatti cabe, de minha parte, um reconhecimento e elogio, porque priorizou sempre a questão do Cefet em Santa Catarina. Nós também priorizamos com emenda individual, assim como outros deputados priorizaram, mas a emenda da senadora sempre foi para o Cefet, e trabalhou nessa possibilidade. E, hoje, um dos avanços que temos no nosso Estado, se comparado a outros Estados do Brasil, é a interiorização da Escola Técnica Federal, a interiorização do nosso Cefet, tendo em vista o investimento também da senadora Ideli Salvatti como prioridade.

Então, acho que nesse sentido existem várias reivindicações, e o Ministério Público está aí pedindo já a construção do seu prédio próprio, não é? Essas reivindicações podem ser apresentadas para a bancada catarinense hoje, para as emendas coletivas de Santa Catarina, mas também as reivindicações podem ser apresentadas para o Sul do Brasil, porque esta audiência tem essa característica. E cabe a nós ouvir aqui hoje, levar para Brasília e construir essas coisas de interesse dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, e principalmente nós, deputados de Santa Catarina, principalmente dos interesses que de fato fossem apontados por vocês para os investimentos estratégicos que o governo federal deverá fazer no próximo ano, do Orçamento, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado, deputado Cláudio Vignatti.

Com a palavra o deputado Leodegar Tiscoski, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL LEODEGAR TISCOSKI (SC) - A nossa saudação ao deputado Heneus de Nadal, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; ao deputado federal Gilmar Machado, presidente da Comissão de Orçamento; ao senador Valdir Raupp, relator-geral para a Proposta Orçamentária da União para 2007, e, como ele é natural de Santa Catarina, aqui do Sul, certamente vai olhar com muito cuidado (já falou da BR-101 e de outros assuntos que aqui serão abordados); à senadora Ideli Salvatti; ao deputado federal Cláudio Vignatti, coordenador do Fórum Parlamentar de Santa Catarina; aos deputados federais Paulo Afonso e Edinho Bez; aos prefeitos, técnicos; ao representante do Governador do Estado: às demais autoridades, às senhoras e aos senhores.

Não quero ser repetitivo, mas, além do que já falou o deputado Vignatti, há alguns pontos que considero fundamental para que tenhamos dentro do Orçamento do próximo ano o início ou a continuidade de ações que acontecem no Estado de Santa Catarina.

O senador Valdir Raupp falou da questão da BR-101. O compromisso contratual da BR-101 prevê a sua conclusão para 2008, mas para que isso aconteça precisamos de 300 milhões para Santa Catarina e em torno de 220 milhões para o Rio Grande do Sul, para que efetivamente esse cronograma seja cumprido e concluída a BR-101 sul em 2008.

Para a BR-470, precisamos ter pelo menos a duplicação do trecho Indaial/Gaspar, cujo projeto de engenharia já está concluído. São cerca de 26 quilômetros, e precisaríamos em torno de R\$ 50 milhões para o próximo ano a fim de podermos começar a eliminar esse gargalo que existe na BR-470 em Santa Catarina.

Também precisamos de recursos para a restauração e conservação da malha rodoviária nacional no trecho dos catarinenses.

Quanto ao transporte marítimo, já foram contemplados São Francisco do Sul, Imbituba e Laguna.

Em relação ao transporte ferroviário, destacamos a previsão orçamentária para a execução do projeto de engenharia, senadora Ideli Salvatti, da ferrovia litorânea. O estudo de viabilidade econômica do trecho que liga Imbituba a Araquari já está concluído, e o projeto de engenharia é fundamental para que, futuramente, possamos, através de parcerias, possivelmente de PPPs, pensar na execução dessa obra, colocando os portos de Laguna, Imbituba e Itajaí na malha ferroviária nacional, dentro da linha da intermodalidade.

Quanto ao transporte aeroviário, já foi contemplado o aeroporto Hercílio Luz. Mas lembro que para a construção do novo terminal do aeroporto Hercílio Luz, precisamos do acesso rodoviário a esse novo terminal. Hoje o acesso encerra-se ali na Costeira do Pirajubaé, faltam a construção de um elevador sobre o Rio Tavares e o contorno do campo da Ressacada até o novo terminal, com acesso ao sul da Ilha.

Então, para que aconteça o novo aeroporto Hercílio Luz, precisamos pensar também na continuidade do acesso sul, hoje paralisado, tendo sido executado no passado com mais de 70% dos recursos federais, graças principalmente à intervenção da bancada federal catarinense.

Há, ainda, a conclusão do aeroporto de Jaguaruna, na região sul do Estado, e do aeroporto de Correia Pinto, no planalto serrano, além da ampliação do aeroporto de Chapecó. Seria um grande prêmio para Santa Catarina transferir para a Infraero esses aeroportos, dando condições para que eles efetivamente tenham amplitude regional, como está sendo feito no aeroporto Diomício Freitas, em Forquilha, atendendo também o sul do Estado.

Como falou o deputado Vignatti, precisamos de recurso para a universidade no interior do Estado de Santa Catarina, que é um compromisso do Governo Federal. E é fundamental, deputado Vignatti, defendermos isso no Fórum Parlamentar.

Ainda no sul do Estado, há um débito, há um passivo da União para com Santa Catarina no que se refere à recuperação ambiental. A degradação ambiental provocada pela extração do carvão no sul de Santa Catarina merece uma atenção especial, e se for combatida logo, talvez o prazo para a recuperação ambiental não se estenda muito.

Finalmente, há os pontos que já colocamos no Orçamento do ano de 2006: infra-estrutura turística, saneamento básico e, além da universidade, os Cefets (Centro Federal de Educação Tecnológica), que a senadora Ideli Salvatti contemplou através de sua emenda individual. Os Cefets são fundamentais para o nosso Estado, tendo Joinville, Chapecó e Araranguá sido contemplados já no primeiro governo Lula, e esperamos que mais cidades sejam contempladas com o ensino tecnológico.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado, deputado Leodegar Tiscoski.

Com a palavra o deputado Paulo Afonso, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL PAULO AFONSO VIEIRA (SC) - Boa tarde a todos.

Quero saudar o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gilmar Machado, e dar-lhe as boas-vindas ao nosso Estado.

Cumprimento o senador Valdir Raupp, relator-geral do Orçamento da União, que, como aqui já foi mencionado, é nosso conterrâneo. Tive a honra de ser governador no mesmo período em que ele foi governador de Rondônia, de 1995 a 1999.

Também cumprimento os nossos colegas parlamentares: deputado Edinho Bez, deputado Leodegar, deputado Mauro e a senadora Ideli.

Quero cumprimentar o Gilmar e o Raupp por essa iniciativa de procurar democratizar um pouco a elaboração do Orçamento da União. Sei que não é uma tarefa simples, até porque o Orçamento, inegavelmente, ainda é uma caixa-preta, ainda é uma coisa não digo misteriosa, mas difícil. Ele ainda é intrinsecamente difícil, e alguns poucos mais entendidos é que conseguem destrinchá-lo com alguma competência. Em geral, ele ainda é, para a grande maioria, algo um tanto quanto misterioso.

Então, esse é um processo importante no que se refere a abrir, sentir, falar e discutir com a sociedade a elaboração do Orçamento. Por isso, eu os cumprimento.

Acho que o grande mérito deste evento é ouvir e explicar. E ao explicar, acho que podemos falar que o Orçamento da União, assim como o do Estado e do município, ainda é, na concepção legal atual, apenas autorizativo, não é impositivo. Quando estava no governo, muita gente dizia: mas, governador, está aqui, como é que não sai isso se está no Orçamento? Às vezes até eu tinha dificuldade de explicar esse caráter autorizativo e não impositivo do Orçamento, que é um ponto que vem sendo discutido e está evoluindo.

Outro ponto importante quando se fala das reivindicações (e, apesar de a gente ser parlamentar, não perde um pouco o vício de ser governo) é que não se consegue colocar no Orçamento tudo aquilo que se deseja, que se quer. Recentemente ouvi o presidente Lula falando na televisão (e isso é verdade nos Estados e nos municípios) que o nível de comprometimento das receitas é enorme. O governante de um Poder dispõe de uma pequena parcela para decidir se vai para aqui ou para lá, porque há o encargo da dívida, a folha de pessoal, a própria manutenção das estruturas, e isso consome um valor significativo dos orçamentos e faz com que a capacidade de decidir, ou de manobra, se é que querem usar essa expressão, do governante, do Legislativo e da própria sociedade seja bastante limitada.

Então, não vamos também imaginar que nós podemos transformar todos os nossos sonhos e aspirações numa realidade porque estamos discutindo ou abrindo essa discussão. Por isso faço essas observações.

Acho que os grandes pontos de reivindicação de Santa Catarina já são por todos conhecidos, e aqui foram mencionados pelos colegas deputados. A maior parte deles já consta da proposta orçamentária, principalmente na área da infra-estrutura. Outras lapidações são feitas, permitam-me a observação, pela própria bancada quando das emendas coletivas, e isso tem sido feito, portanto, já é mais ou menos do conhecimento. Acho que depois podemos ouvir as reivindicações mais específicas para que o relator, o presidente da Comissão e a bancada estadual possam avaliar como fazer para eventualmente atender esses reclamos.

Concluindo, quero agradecer essa oportunidade e, acima de tudo, cumprimentar os presentes pela participação e a Comissão de Orçamento por essa bela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado, deputado Paulo Afonso.

Com a palavra o deputado Edson Bez, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDSON BEZ DE OLIVEIRA (SC) - Início cumprimentando o presidente da Comissão de Orçamento, nosso amigo e colega da Câmara dos Deputados, Gilmar Machado; o senador Valdir Raupp, um catarinense do sul do Estado, que hoje é um relator muito importante para nós, catarinenses, para o Sul e para o Brasil; a senadora Ideli Salvatti; os meus colegas Leodegar Tiscoski, Mauro Passos, Paulo Afonso; e o vice-presidente desta Assembléia, Herneus de Nadal. Ao citá-los, estendo os meus cumprimentos a todos os presentes.

Vou procurar não ser repetitivo, até porque o assunto Orçamento da União é complexo, e já foi apontada aqui, pelos que me antecederam, a dificuldade de se contemplar, de se atender todas as reivindicações. Mas é importante termos aqui hoje a presença de técnicos e de pessoas que nos ajudarão a alavancar aquilo que é prioridade para Santa Catarina e para os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, uma vez que trabalhamos juntos a região Sul lá em Brasília. E, sendo importante para nós, tem que ser importante para o Brasil.

Então, vou tentar não repetir, mas algumas coisas precisam ser reiteradas em função da sua importância e de serem já prioridade de Santa Catarina há muitos anos, em alguns casos, há décadas, porque existe uma certa frustração por parte principalmente da população quanto a termos debatido as prioridades tantas vezes e algumas nem sequer conseguiram sair do papel.

Começo com a duplicação da BR-101, que é de suma importância para o Brasil. Coincidentemente, esse trecho de Palhoça até o Rio Grande do Sul, mais especificamente até a divisa com o Rio Grande do Sul, é importante para o País; não temos nenhuma dúvida disso, e ninguém contestou até hoje.

Então, ela está sendo duplicada, depois de mais de doze anos. Eu e o deputado Leodegar Tiscoski conhecemos em detalhes o projeto; muitas vezes discutimos aqui isso e também em Brasília, e essa reivindicação tem que ter, como dizia um amigo meu, "prioridade zero". Mas está em andamento, e o que precisamos agora é garantir os recursos necessários no Orçamento.

Outro ponto importante são os aeroportos de Santa Catarina. Eu fui secretário de Estado da Infra-Estrutura e sei muito bem, como todos nós sabemos, da importância de reestruturar, de investir nos aeroportos em Santa Catarina (temos aqui um dos melhores aeroportos do Brasil, e até da América Latina).

Quanto ao porto de Imbituba, é uma vergonha não termos ainda dado a velocidade máxima para que haja investimento nesse porto. Temos a recuperação dos molhes do porto da nossa querida Laguna, e não há nada que venha justificar a paralisação dessa obra, que começou no governo de Fernando Henrique Cardoso e continua no governo do presidente Lula. É uma obra orçada em R\$ 22 milhões, tendo sido gastos aproximadamente 50%, presidente Gilmar Machado, e a obra está parada. Isso não se justifica! E toda vez que se pára uma obra, quem foi secretário sabe disso - e não precisa ser secretário para saber -, na retomada, aí, sim, se põe dinheiro público fora, pelo ralo, como se diz, ainda mais quando se precisa adentrar ao mar.

Então, Gilmar, para essa obra, contar com o nosso relator, que conhece a nossa situação, é de suma importância.

Temos aqui dois aeroportos regionais (eu disse que ia repetir alguma coisa) importantes para a alavancagem do desenvolvimento, do crescimento do nosso Estado, e isso também interessa ao País, interessa à América do Sul, interessa à América Latina e interessa ao mundo. A primeira coisa que os investidores hoje perguntam é se tem aeroporto, e nós temos dois aeroportos em andamento. Precisamos de compreensão, e já falava com o senador Valdir Raupp, que é o nosso relator, explicando a importância da situação dos aeroportos de Santa Catarina.

Nós temos aqui a Via Expressa Sul, que eu dividiria em duas etapas, em duas partes: essa atravessando as pontes até a BR-101, o que dá, mais ou menos, sete quilômetros...

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Deputado, mais um minuto, porque nós queremos ouvir todo mundo e temos que terminar a audiência até as 17h.

O SR. DEPUTADO FEDERAL EDSON BEZ DE OLIVEIRA (SC) - O assunto é importante, e quero aproveitar a oportunidade.

Então, precisamos priorizar o acesso das duas pontes até a BR-101. Por incrível que pareça, é uma das obras mais importantes também - e só estamos citando obras importantes. Há, ainda, a conclusão da Via Expressa Sul até o aeroporto. Concluímos até o trevo da Seta, e há o elevado do Rio Tavares, que são obras importantíssimas.

Temos, ainda, a BR-282 e a BR-470, mas, em função do tempo, vou encerrar e desejar boas-vindas ao nosso presidente e ao nosso relator. O Fórum Catarinense tem dado um exemplo de briga, de luta pelas coisas importantes para Santa Catarina e seus Estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Passo a palavra, por até cinco minutos, ao deputado federal Mauro Passos.

O SR. DEDUTADO FEDERAL MAURO PASSOS (SC) - Uma boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa em nome do deputado Gilmar Machado, que preside a Comissão de Orçamento, e, muito rapidamente, quero fazer uma referência a ele, até pelo companheirismo.

Nós tivemos a oportunidade, nesses quatro anos, de desfrutar da enorme dedicação do deputado Gilmar à peça orçamentária. Assim que ele foi indicado à presidência da Comissão, todos os partidos, todos que fazem parte da Comissão de Orçamento reconheceram sua indicação muito apropriada para esse momento, pelo seu trabalho.

Acho que a indicação do deputado foi única e exclusivamente resultado da sua dedicação na Comissão de Orçamento. Então, como parlamentar catarinense falando aos catarinenses, me senti, Gilmar, na obrigação de fazer esse registro.

Por último, também de uma forma muito rápida, não querendo corrigir o deputado Edinho que me antecedeu, mas também por uma questão de justiça, gostaria de dizer que nunca o Estado de Santa Catarina foi tão bem contemplado na questão do Orçamento da União como agora. Se vocês tiverem a oportunidade de olhar o histórico da participação que nós tínhamos no Orçamento da União e passamos a ter, principalmente nos dois últimos anos... E cabe também, até por uma questão de justiça, comentar o empenho da senadora Ideli Salvatti para que o nosso Estado tivesse uma posição, Gilmar, no Orçamento da União como há muitos anos não tinha.

Evidente que citar obras que são necessárias e prioritárias, também me caberia aqui fazer uma dissertação, mas o que eu posso assegurar é que nesses dois últimos anos o Estado de Santa Catarina teve na peça orçamentária uma importância que até então nunca tinha tido. É claro que temos portos que estavam com situação de atraso em função de investimentos passados, mas hoje os quatro portos de Santa Catarina, e os deputados Edinho e Leodegar sabem disso, o de Laguna, o de Imbituba, o de São Francisco e o de Itajaí estão com obras em andamento com o Orçamento da União. Essa é uma situação que até então nunca se tinha tido notícia aqui no Estado. E assim também com a própria duplicação da BR-101, que é uma obra por todos reconhecida como importante e que tem várias frentes de atuação, pois ela é dividida em vários lotes. Portanto, existem diferenças de situação para situação em função da empreiteira que ganhou a licitação daquele lote.

Para desfazer qualquer situação que não reflita a verdadeira situação orçamentária do Estado, eu queria dar esse testemunho: o Estado de Santa Catarina teve, principalmente nesses dois últimos anos, uma condição orçamentária que há muito tempo não tinha.

Por último, quero cumprimentar mais uma vez o deputado Gilmar, pois tenho certeza que o Orçamento deste ano, até pela demonstração de transparência que está sendo colocada... Também gostaria de relembrar aquela idéia que surgiu de se ter um informativo do Orçamento, pois não havia, mas na sua gestão à frente da Comissão isso foi estabelecido e está possibilitando à sociedade brasileira conhecer melhor a nossa peça orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Obrigado, deputado.

Imediatamente, por até cinco minutos, passamos a palavra à nossa senadora Ideli Salvatti.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - O meu boa-tarde a cada um e a cada uma. Quero saudar especialmente os que visitam o nosso Estado, como o presidente da Comissão Mista de Orçamentos, o nosso deputado Machado, e o senador Valdir Raupp, que é de Santa Catarina. Este é o segundo ano consecutivo que o nosso Estado terá o relator do Orçamento, porque o ano passado foi o Carlito e este ano é o senador Valdir Raupp. Inclusive eu sempre brinco que Santa Catarina tem três eleitos para representar o Estado, mas que nenhum dos três é catarinense, pois no caso o Pavan é gaúcho, eu sou paulistana e o Bornhausen é carioca. Mas tem dois catarinenses que muito nos orgulham lá no Senado, que é o senador Valdir Raupp e o senador Amir Lando, de Rondônia.

Para nós é muito importante o relator ser do Estado, porque quando a gente explica, quando a gente apresenta emenda - as emendas de bancada, as emendas individuais e as emendas coletivas -, ele tem a compreensão, tem mais facilidade de entender o que estamos pleiteando em benefício do Estado.

Eu queria deixar registrado que houve um empenho muito grande de todos. Aquilo que o deputado Mauro Passos falou, no sentido de Santa Catarina ir gradativamente, ao longo desses quatro anos do governo Lula, assumindo um papel de relevância em termos de execução orçamentária, isso se deve a um esforço coletivo. A bancada teve um papel fundamental nisso, porque nós soubemos apresentar propostas e emendas que tinham viabilidade, que vinham exatamente complementar aquilo que já estava estruturado na proposta orçamentária, com negociações com os Ministérios. Então, acho que nós fomos bem sucedidos.

O João José, por exemplo, já veio aqui e apresentou uma lista de coisas que nós precisamos complementar no Orçamento deste ano para a readequação de rodovias, para os acessos, para a recuperação, ou seja, são questões que para nós são fundamentais. E nós já fizemos assim nos últimos anos e conseguimos viabilizar.

Só para as pessoas terem a dimensão do que eu estou falando, o DNIT tem aqui na proposta orçamentária o valor de 426 milhões, que compreende rodovias, contornos ferroviários, portos. Mas só em estradas, só em rodovias federais, este ano são 387 milhões aplicados pelo governo federal. Então, só para se ter a dimensão do que nós estamos falando, porque aí vai desde a questão da duplicação da BR-101, da restauração na SC-280, na SC-470, dos pontos críticos, do trecho norte da BR-101, da BR-153, ou seja, as rodovias federais em Santa Catarina estão tendo este ano um aporte de 387 milhões. Isso é quase o que está no Orçamento para o ano que vem, envolvendo portos, rodovias e acessos - a questão dos contornos ferroviários.

Portanto, nós temos tido a capacidade de fazer essa sinergia, essa aproximação entre a bancada e o governo, e o nosso Estado é que tem sido efetivamente o beneficiado.

Tem algo que não foi relatado aqui e que eu acho muito importante. No Orçamento nós temos o tal do Projeto Piloto de Investimento, que é aquela parcela do Orçamento que não há contingenciamento, ou seja, o que está escrito será obrigatoriamente cumprido. Para o Orçamento de 2007, o Projeto Piloto de Investimento destina para Santa Catarina 350 milhões. Nós ganhamos inclusive do Rio Grande do Sul, que tem 329 milhões, e ganhamos longe do Paraná, que tem apenas 86 milhões.

Quais são as obras que não sofrerão nenhum tipo de contingenciamento no Orçamento do ano que vem? São quase 25 milhões para o contorno ferroviário no município de Joinville; quase 17 milhões para o contorno ferroviário no município de São Francisco do Sul; 300 milhões para a duplicação da BR-101; e mais 9 milhões de trechos rodoviários na 280, entre o porto de São Francisco e Canoinhas. Portanto, para esses 350 milhões, apesar de o Orçamento não ser ainda impositivo, nesse caso essas quatro obras não terão qualquer tipo de contingenciamento e irão acontecer.



Se as pessoas perceberem, estão aqui dois contornos ferroviários importantes que vêm exatamente ao encontro da nossa questão. Depois de termos conseguido investir de forma significativa em rodovias, em portos... porque podem se queixar o quanto quiserem, mas nunca na história de Santa Catarina nós tivemos obras nos quatro portos acontecendo ao mesmo tempo e com recursos federais. Então, já tivemos investimentos e continuamos tendo investimentos em rodovias, em portos, em aeroportos, e agora a prioridade passa a ser exatamente ferrovia.

Portanto, os contornos ferroviários de São Francisco, de Joinville, e assim que nós terminarmos o problema no TCU quanto ao contorno ferroviário, o de Jaraguá do Sul, que é exatamente o projeto de engenharia para nós trabalharmos numa parceria público-privada com a ferrovia que vai interligar os nossos portos...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Mais um minuto, senadora.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) -...uma potencialidade para a nossa questão de infra-estrutura logística para a exportação, não só dos produtos catarinenses, mas de todo o sul do País, de forma extremamente significativa.

E como não poderia deixar aqui de falar, além da infra-estrutura, o nosso Orçamento e as emendas têm trabalhado muito na questão da educação. Desde a interiorização da Universidade Federal, que nós deveremos complementar com emendas no Orçamento através da emenda da bancada, à questão da universidade da mesorregião, que já está em franco andamento no Ministério da Educação, à ampliação das nossas escolas técnicas, sejam os Cefets, a potencialidade das nossas agrotécnicas. E nós estamos caminhando a passos largos, porque já tem sinal positivo do Ministério da Educação para que nós tenhamos em Santa Catarina o que nós já conquistamos no Paraná, que é a Universidade Federal Tecnológica, descentralizada, com toda essa rede de ensino profissionalizante à disposição...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Para concluir, senadora, por favor.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Portanto, infra-estrutura e educação, capacitação da nossa juventude, estão colocados no Orçamento. E nós esperamos que isso seja realmente a alavancagem que o Estado de Santa Catarina precisa, e mais do que precisa, merece pelo tanto que contribui com o desenvolvimento do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado, senadora.

Com a palavra o doutor Orlando de Sá Cavalcante Neto, consultor do Senado Federal, que fará uma apresentação breve para que todos possam conhecer os números do Orçamento, por até 10 minutos.

Comunico aos demais que a lista de inscrições está aqui ao lado.

O SR. ORLANDO DE SÁ CAVALCANTI NETO - Deputado Gilmar Machado, senador Valdir Raupp, senhores deputados federais, senhores deputados estaduais e senadora Ideli, um dos objetivos da Comissão Mista é exatamente tornar o Orçamento mais transparente, trazendo o cidadão para o Orçamento.

Então, pensando nisso, o deputado Gilmar Machado e o senador Valdir Raupp resolveram trazer e nós vamos falar um pouco sobre o processo orçamentário, de uma forma bem sucinta, bem rápida, e um pouco sobre os números do Orçamento deste ano para a região Sul.

*(Procede-se à exibição de imagens.)*

Na elaboração do processo orçamentário, a primeira etapa refere-se aos Ministérios encaminharem as propostas setoriais ao Ministério do Planejamento, e os Poderes Legislativo e Judiciário também, diante de uma determinada cota que eles têm. O Ministério do Planejamento consolida a proposta, como vocês estão vendo nos slides, e encaminha ao presidente da República, que, por sua vez, encaminha ao Congresso Nacional. Lá o Orçamento é dividido em várias áreas temáticas, como educação, saúde, infra-estrutura, que são apreciadas primeiramente, de acordo com o relatório dos relatores setoriais, e, por fim, o relator-geral consolida a proposta, que é votada no plenário do Congresso Nacional e encaminhada à sanção do presidente da República.

Numa análise mais restrita ao Congresso, a proposta chega ao Congresso Nacional e é encaminhada a uma Comissão Mista de deputados e senadores. Então são feitas as audiências públicas - que desde 1998 não eram realizadas fora de Brasília, mas agora, este ano, com a iniciativa do deputado Gilmar Machado e do senador Valdir Raupp, elas estão sendo realizadas uma por região, e no caso da região Sul foi feita em Florianópolis -, e depois dessas audiências públicas é votado o parecer preliminar, que determina a regra de tramitação do Orçamento no âmbito do Congresso. Após o parecer preliminar, são apresentadas emendas ao Orçamento, individuais e coletivas, que são votadas dentro do âmbito de cada uma das Subcomissões do Orçamento, no plenário da Comissão Mista.

Por fim, o relator-geral consolida todos esses pareceres setoriais e apresenta um parecer geral, que é votado primeiro na Comissão Mista e, em seguida, no plenário do Congresso Nacional, sendo, então, encaminhado à sanção do presidente da República.

No parecer preliminar deste ano algumas das coisas que podemos destacar, que foram apresentadas pelo relator, senador Valdir Raupp... Esse parecer preliminar foi apresentado na Comissão, recebeu emendas e deve ser votado nas próximas semanas.

Então, o que podemos destacar de importante desse parecer preliminar apresentado pelo senador é o seguinte: limite de R\$ 5 milhões para cada parlamentar, sendo que o mínimo de cada emenda tem que ser de R\$ 150 mil (esse é o valor da carta-convite em relação a obras); vedação de emendas a entidades privadas - essa é uma recomendação das CPis -, nas quais membros de quaisquer Poderes da União, parentes até terceiro grau tenham sido nos últimos cinco anos proprietários controladores ou então diretores-empregados; atendimento prioritário às emendas coletivas que contemplem projetos de grandes vultos, projetos estruturantes, como esses que vários parlamentares falaram aqui.

Um outro ponto é que quando o Orçamento chega ao Congresso, ele é feito com dados, com parâmetros anteriores a julho, então a possibilidade de erro na reestimativa de receita é grande. Por isso, geralmente o Congresso reestima as receitas que são encaminhadas pelo Poder Executivo, sendo que na maioria das vezes ele acerta essa reestima, e normalmente essa reestimativa é feita mais de uma vez durante o processo orçamentário. Este ano o senador Valdir Raupp propôs no parecer preliminar que ela seja feita uma única vez, isso com a idéia de dar celeridade ao processo; e a proibição de despesas obrigatórias. Como já vimos aqui, o Orçamento tem muita vinculação de despesa, o que torna difícil o remanejamento de recursos. Essas são as características principais.

As emendas ao Orçamento da União são dirigidas ao texto do projeto de lei; quanto à receita, só no caso de correção de erros ou omissão, como eu falei aqui, a possibilidade quando o Congresso verifica que as receitas não estão reestimadas da forma que poderiam ser; e as emendas de despesa, que são as que alocam recursos para gastos do Governo Federal.

As emendas de despesa, especialmente, têm algumas características que são determinações constitucionais. Quais são? Em primeiro lugar elas têm que ser compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A segunda é que elas, quando são apresentadas, têm que indicar os recursos para cancelamento. Na verdade, não se pode fazer uma emenda de despesa sem que haja uma redução, por outro lado, compensatória.

Bom, esse quadro que está projetado aí (*aponta para a tela*) mostra mais ou menos quais são as emendas. Nós temos três modalidades de emendas, que são as individuais, aquelas de senadores e deputados; as coletivas, que podem ser de bancada estadual, bancada regional e de Comissão; e as emendas de relator, que são as que os relatores utilizam para corrigir erros e omissões - só nestes casos eles podem elaborar esse tipo de emendas. Então eles são os únicos autores e essa é a única forma de mexer no Orçamento, que é encaminhado pelo Poder Executivo.

Quanto ao número de emendas, cada parlamentar pode apresentar até 20 emendas, num valor máximo total de R\$ 5 milhões; as bancadas estaduais podem apresentar de 18 a 23 emendas, de acordo com o número de parlamentares da bancada; as bancadas regionais podem apresentar 2 emendas; as comissões podem apresentar 5 emendas cada uma; e os relatores de acordo com a necessidade.

Eu vou passar a palavra ao Ricardo Volpe, que vai falar sobre os números do Orçamento e sobre as emendas para a região Sul.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Com a palavra o doutor Ricardo Alberto Volpe, consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO ALBERTO VOLPE - Boa-tarde a todos. E para adiantar um pouquinho, não vou me alongar em apresentações e cumprimentos.

O nosso papel aqui é apresentar um pouquinho da função que o Congresso Nacional exerce dentro do processo orçamentário brasileiro.

*(Procede-se à exibição de imagens.)*

Apenas para ilustrar, esse quadro demonstra (*aponta para o quadro*), nos últimos dez anos, quanto o Congresso Nacional vem acrescentando de recursos, dada até a questão de reestimativas de receitas e também de remanejamentos. Só para vocês terem uma idéia, em torno de R\$ 10 bilhões é o que o Congresso vem acrescentando de recursos nos últimos Orçamentos. E desse total, R\$ 7,5 bilhões são valores relacionados aos investimentos.

Nesse sentido, as emendas de bancadas e Comissões individuais normalmente carregam recursos para os investimentos. Um dos problemas que acontece na proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo é que boa parcela dos recursos vem de dotações que a gente chama de nacional, não especificando, de uma forma clara, onde vai ser gasto.

Nos últimos anos a gente vem criando mecanismos legais, até no próprio Plano Plurianual, para que os projetos de grande vulto sejam detalhados. O Congresso Nacional, por exemplo, no ano passado detalhou dotações que estavam nacionais e localizou em torno de R\$ 1,5 bilhão. É só para a gente ter a visão de que o papel do Congresso Nacional é importante. Como vocês puderam ouvir, o parlamentar tem a sensibilidade sobre aquilo que precisa, que não é perceptível ao técnico que conhece um pouco a programação, seja de qual for o Ministério. Então, o parlamentar tem essa sensibilidade, e a gente não pode desconsiderar nem o lado técnico nem o lado político daquela demanda da sociedade.

É mais ou menos essa visão que a gente quer passar aqui.

Agora vou tratar um pouquinho dos recursos direcionados para a região Sul.

Um recurso de suma importância e que vem crescendo nos últimos anos é o chamado Bolsa-Família, que vem regionalizado para toda a região, ou seja, não define quanto vai para o Estado a, b ou c: para a região Sul são R\$ 737,5 milhões. De acordo com a execução é que se vai definindo, porque depende de um cadastro, de uma série de critérios. Inclusive depois iremos apresentar numa sala próxima a este plenário e todos poderão ter uma noção, pois hoje, pelos sistemas informatizados, temos como saber até o CPF de quem está recebendo e quanto está recebendo do Bolsa-Família cada cidadão brasileiro.

Outro recurso que vem regionalizado é a parte dos assentamentos rurais, da reforma agrária: para a região Sul, R\$ 11,4 milhões.

No setor de infra-estrutura... Já foi bastante debatida aqui a questão dos aeroportos. Há os aeroportos que chamamos de aeroportos de interesses estaduais, que não estão ligados à Infraero, mas são aeroportos com os quais a União contribui com R\$ 11,4 milhões na proposta orçamentária para 2007.

No setor de energia, quando se refere a investimentos que envolvem dois Estados ou uma região de fronteira, também o recurso entra como regionalizado, para a região Sul: tem 38 quilômetros e 9 subestações, que dá R\$ 318 milhões para 2007; usina eólica, com R\$ 148 milhões; e hidrelétrica de São Bartolomeu, com R\$ 70,2 milhões.

Na parte relativa ao Estado do Paraná, temos na área social, dos recursos destinados ao Estado - isso é padrão no Orçamento da União para todos os Estados -, para a saúde, que compreende a área de alta e média complexidade, que são serviços prestados pelos hospitais, e também o Saúde da Família, o valor de R\$ 1,232 bilhão; e na área da educação temos o Fundeb, com R\$ 21,8 milhões. São complementos que a União faz para equilibrar aquele piso mínimo etc., para tentar manter uma equidade dos recursos destinados aos Estados. O Fundeb está pendente de votação, é o antigo Fundef, mas estão previstos, no total do Orçamento da União, R\$ 2 bilhões.

Uma outra área que a União tem um grande desempenho é na das universidades. No caso da Universidade do Paraná o valor é de R\$ 292 milhões; tem os Cafets, as escolas agrícolas e técnicas; e também a Universidade Tecnológica, com R\$ 110 milhões.

Setor de infra-estrutura: para a BR-153, R\$ 54 milhões; e para a BR-116, R\$ 32,3 milhões. Esses dois projetos estão no chamado PPI (Projeto Piloto de Investimento), que como a senadora falou bem, estão fora do contingenciamento de recursos da União.

Área de orçamento e investimento das estatais: a Petrobras, a Refinaria de Getúlio Vargas (Repar), R\$ 557 milhões.

O nosso objetivo é apresentar os grandes valores de uma forma bem sintética, bem simples. Inclusive vocês estarão recebendo relatórios mais detalhados sobre os recursos.

Vamos, agora, passar para o Estado de Santa Catarina: na área social, compreendendo a área de média e alta complexidade e o Saúde da Família, R\$ 650 milhões; na área da educação, o Fundeb com 3,1 e a Universidade Federal de Santa Catarina com R\$ 320,9 milhões; na infra-estrutura, como já foi falado várias vezes, para a BR-101/Palhoça R\$ 300 milhões, que é a extensão do Corredor Mercosul, que complementa com a região Sul/Osório, quer dizer, para 2007 está previsto esse valor; e para a BR-282, R\$ 15 milhões. Esses dois projetos também estão no Projeto Piloto de Investimento; também já foram citados os contornos ferroviários de Joinville e São Francisco; para a BR-280, no acesso entre o porto de São Francisco e Canoinhas, estão previstos R\$ 9,2 milhões.

Para o Rio Grande do Sul: na questão social, compreendendo a área de média e alta complexidade e o Saúde da Família, R\$ 1,233 bilhão; na área da educação, para o Fundeb R\$ 21 milhões, para as várias universidades federais R\$ 845 milhões e para a nova Universidade Federal do Pampa R\$ 40 milhões; na área da infra-estrutura, temos a termoeletrica de Candiota, com R\$ 498 milhões, a de Canoas, que também é uma termoeletrica, com R\$ 125 milhões, e a hidrelétrica Passos de São João, com R\$ 88,7 milhões.

Todos esses valores estão nesses relatórios que vocês receberam. Esta é apenas uma apresentação rápida, até porque muito já foi citado por diversos parlamentares.

Na área da Petrobras, a Refinaria Alberto Pasqualini com R\$ 155,7 milhões; novamente a BR-101, em Osório, com R\$ 233 milhões; a BR-392, com R\$ 50 milhões; e o entroncamento entre a BR-326 e a 116, com R\$ 40 milhões. Todos também são projetos do PPI.

Eu apresentei de uma forma bem sintética aquilo que veio na proposta de 2007. Também tem um relatório... Isso funde um pouco o manual, a cartilha que vocês receberam com aquilo que veio tanto no PPI como nos relatórios mais detalhados das maiores ações.

Também tem aquilo que a bancada fez de emenda e não veio, mas que a isso cabe uma observação: é que normalmente a bancada, em função de uma limitação de emendas que acaba tendo, cria ações mais genéricas, como o seguinte item: construção de trechos rodoviários na BR-102. Não tem nada na proposta, nessa ação orçamentária específica, mas isso não significa que não tem nada para a BR-382. Como apresentei anteriormente, tem um trecho específico que tem recurso. Não tem numa ação genérica, porque ali poderia fazer qualquer trecho. Como a Bancada tem uma limitação de número de emendas, ela cria uma ação mais abrangente.

Então, somente para reforçar, é importante dizer que existem ações semelhantes em outras ações orçamentárias detalhando o trecho de tal a tal, de Palhoça a não sei onde, e que tenha aquela ação orçamentária. Por isso, se eu citar alguma coisa que não tem, não significa dizer que não tenha recurso para aquela BR. É a mesma coisa que interiorização de universidades federais. Esta é uma ação genérica, podendo fazer um campus universitário em qualquer universidade do Paraná.

Esse é um programa (*aponta para a tela*) que o governo está tentando acabar. Ele está tentando migrar para outras ações esse Apoio à Melhoria de Condições, Habitabilidade e Assentamentos Precários, mas o Congresso Nacional, há três anos ou até há mais tempo, insiste que é um programa importante. Esse é um dos programas campeões de emendas dentro do Congresso Nacional, chegando a quase R\$ 1 bilhão, e também não tem nada na proposta de 2007.

Os trechos, como comentei... Esse aqui é adequação de rodovias federais no Estado de Santa Catarina. A União normalmente põe nacional, porque aí durante a execução ela define. O Congresso vai e fala, detalha: tanto para o Estado de Santa Catarina.

Para a região Sul, essa parte de implantação e ampliação de linhas e trechos nos sistemas de trens urbanos não veio nada na proposta, e normalmente o Congresso vai atuar. Na parte de estruturação de unidades de atenção especializada em saúde também não veio nada na proposta, que é a modernização de hospitais e unidades de saúde.

Essa foi uma forma bem sintética, rápida, de repassar as informações. Estamos à disposição, há os *e-mails*, no *site* a gente vai detalhar um pouquinho, há alguns instrumentos que podem facilitar o controle feito pela sociedade, feito por vocês.

Passo a palavra ao Eugênio, que vai entrar um pouquinho nessa parte do *site*.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Obrigado!

O doutor Eugênio Greggiani, consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, vai agora fazer um detalhamento da fiscalização. Além de participarmos da elaboração, nós também estamos criando mecanismos para acompanhar a execução, que é tão importante quanto elaborar, para depois fiscalizar a execução.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANI - Boa-tarde a todos.

O deputado me pediu para falar rapidamente sobre as ferramentas que permitem qualquer um acompanhar o Orçamento da União, que é muito importante em nossas vidas.

Na verdade, os Orçamentos da União, dos Estados e dos municípios movimentam cerca de 40% de toda a riqueza nacional, sendo que a União são dois terços desse valor. Nós veremos depois, nos grandes números, que as despesas primárias da União representam cerca de quinhentos bilhões.

O nível de realismo do Orçamento está aumentando nos últimos anos. Na verdade, uma parcela de investimento dos R\$ 20 bilhões, cerca de R\$ 5 bilhões, é que não é executada. Mas a situação já foi pior.

Em função dessa preocupação com o acompanhamento do Orçamento, dada a importância de tornar o Orçamento mais próximo do cidadão, que é uma preocupação do presidente, foi-nos pedido que desenvolvêssemos algumas ferramentas que dessem uma visibilidade maior ao Orçamento. E entre outras iniciativas, também da Câmara dos Deputados, nós podemos destacar a criação desse portal, a partir de quarta-feira, como o presidente já falou. O portal Orçamento Brasil deverá facilitar o acesso às informações orçamentárias e também divulgar essas ferramentas de acompanhamento e execução.

Então, nesse portal, a partir de quarta-feira, poderemos acompanhar a unificação e sistematização do conteúdo disperso nas páginas da Comissão Mista e na página da Consultoria; cartilhas, vídeos e material didático em linguagem voltada ao cidadão, preparados pelo setor de Comunicação da Câmara dos Deputados, que tem como objetivo facilitar o entendimento; *links* com os Orçamentos dos Estados e municípios, com informações detalhadas sobre as transferências a esses entes; divulgação de programas de interação entre os Poderes Legislativos (existe um programa de interação, capacitação e troca de experiências entre os técnicos dos Legislativos federal, estaduais e municipais; detalhamento de todos os procedimentos relativos ao processo de elaboração e execução orçamentária da União, incluindo o PPA, a LDO e o Orçamento).

Gostaria de salientar que desde 1995 o Congresso, a Câmara, mantém de forma pioneira uma base de dados, um banco de dados que permite consultas da execução orçamentária do Orçamento da União. O Siga Brasil, desenvolvido pelo Senado, também está disponível desde 2003.

Esse novo sistema, que estará à disposição para quem quiser conhecê-lo, aqui na sala de reuniões da Comissão, permite uma consulta específica voltada a Estados e municípios, fácil e direta, sobre o detalhamento e desdobramento das transferências a Estados e municípios, como, por exemplo, a merenda escolar, o SUS, os convênios em geral etc.

Nessa consulta (*aponta para o quadro*) mostrada nós podemos ver os valores pagos por mês e acumulados no ano, incluindo os valores de restos a pagar, para cada município. Os relatórios das transferências feitas nesse exercício já estão sendo enviados mensalmente, em papel, aos presidentes das Câmaras Municipais, que poderão servir de apoio a esses programas de capacitação, troca de experiências e fiscalização dos repasses do governo federal.

A Lei Orçamentária se apresenta, em boa parte das rubricas, de uma forma adensada, não detalhada, você não consegue apurar, no controle normal da execução, qual o município beneficiado por aquele convênio específico. E uma das vantagens desse relatório é permitir que você olhe com mais detalhamento e saiba exatamente onde está chegando o dinheiro da União. Nesse exemplo do município de Araranguá (*aponta para a tela*), apresentamos o que seria a listagem completa dos repasses a este município.

Também para o Estado de Santa Catarina, para o governo do Estado, o enfoque desses relatórios a municípios e Estado é justamente o ente diretamente favorecido.

Essa aí é aquela amostra (*aponta para a tela*) do sistema tradicional, o sistema de consulta em banco de dados Access, e também o sistema desenvolvido pelo Senado, chamado Siga Brasil, com informações gerenciais sobre o Orçamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Obrigado, doutor Eugênio.

Aqueles que desejarem ter acesso a um trabalho mais detalhado de acompanhamento, na sala aqui ao lado você vai receber uma senha, a mesma senha que nós, parlamentares, temos, para que você possa acompanhar, da sua casa ou de qualquer outro lugar, todos os recursos que chegam a cada município.

A partir de quarta-feira, quando faremos o lançamento em Brasília, o portal estará disponível para que qualquer cidadão possa fazer todo o tipo de acompanhamento. Essa senha é para aqueles que querem um detalhamento maior, para os especialistas que desejam ter um acompanhamento mais preciso.

Vamos passar imediatamente a palavra às entidades e logo em seguida vamos ouvir também os representantes dos Ministérios. Mas agora vamos ouvir os parceiros desse processo de abertura que estamos tendo desde o início dos nossos trabalhos na Comissão de Orçamentos. E mais uma vez quero agradecer ao Fórum Brasil e às entidades sindicais.

Passo a palavra ao senhor Ronaldo de Souza Godinho, do SindiReceita, que tem sido um dos parceiros. Depois vamos seguir a lista, na mesma ordem de inscrições, e todos terão até cinco minutos para a apresentação.

O SR. RONALDO DE SOUZA GODINHO - Senhores, boa tarde! Em primeiro lugar eu gostaria de destacar a grande satisfação, como representante do SindiReceita em Santa Catarina, de estar aqui, trabalhando com todos, nesse exercício pleno de democracia, trazido à realidade por iniciativa do excelentíssimo senhor presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Gilmar Machado, e do excelentíssimo senhor relator da proposta orçamentária, senador Valdir Raupp. Transmito a todos a alegria, em nome desta entidade, pelo reconhecimento prestado ao SindiReceita em função de todo o seu trabalho no Parlamento brasileiro na busca incessante de debate e de desenvolvimento das questões relevantes ao nosso país.

Gostaria ainda, como não poderia faltar, de saudar os componentes dessa mesa, na pessoa do deputado Gilmar Machado e do senador Valdir Raupp, bem como todos os presentes aqui hoje, que com certeza buscam uma maior aproximação entre a confecção dessa peça fundamental da administração do Estado brasileiro, que é o Orçamento da União, e os anseios e as necessidades da população.

É sabido por todos que a administração pública e o governo brasileiro devem, até por força das imensas desigualdades e necessidades da nossa população, buscar uma maior sintonia entre a proposta e a execução orçamentária e as reais necessidades desta Nação. Resguardadas as disputas partidárias e ideológicas, deve ser consciência de todos que os interesses maiores do povo brasileiro são prioritários, e do esforço de cada um deve nascer a boa aplicação dos escassos recursos disponíveis ano a ano, para a boa condução das políticas públicas em nosso país.

Aqui se destaca novamente essa excelente iniciativa de implementação de uma maior participação da sociedade na formação, ao menos das proposições, que conduzirão as ações da administração do nosso país no futuro próximo.

O SindiReceita, entidade representativa dos técnicos da Receita Federal, tem buscado incessantemente tornar o nosso país cada dia mais justo, conduzindo iniciativas de apoio e esclarecimento à sociedade sobre o papel do Estado e buscando a participação, cada dia mais intensa, da população em áreas como administração tributária e aduaneira e no combate à pirataria.

A busca da aproximação com a população não se faz como demagogia nem para a publicidade sindical. Ela se dá simplesmente porque é nossa visão que todas as ações do Estado, sejam elas oriundas de qualquer esfera ou Poder, devem por obrigação objetivar o desenvolvimento da sociedade, e nossa situação como servidores só pode ter essa destinação, e assim também se reconhece a iniciativa da Comissão de Orçamentos.

A participação da sociedade e dos servidores públicos, através de suas organizações, não poderia deixar de ser lembrada e incentivada, como o foi de forma inequívoca e é comprovada pela nossa presença neste evento, já que a própria essência do serviço público é o atendimento de forma justa e imparcial às necessidades da população por servidores de Estado e não de governo, que almejam, sem sombra de dúvidas, reconhecimento por suas atividades e atribuições.

Nesse item não cabe ao Congresso ou mesmo a essa Comissão ditar políticas públicas nem de administração de pessoal, já que estas são de iniciativa da administração de cada um dos Poderes, não cabendo ingerências. Mas cabe, sim, o reconhecimento do efetivo papel do Estado na sociedade brasileira e de seus agentes no atendimento das necessidades desta, permitindo e provocando a correta alocação dos recursos para que as políticas de atendimento à população, em todos os níveis, possam ser implementadas a contento, sem entraves maiores dos que os já existentes.

Aqui se insere a viabilização de políticas de incentivo, reconhecimento e formação de carreiras e cargos de Estado que venham a profissionalizar cada dia mais o servidor público brasileiro, trazendo à população o mínimo que lhe é devido em troca dos tributos que lhe são cobrados diuturnamente, que é a contrapartida do governo para a sociedade com serviços públicos de qualidade. Obrigação da administração, e dessa Comissão, em sustentar a criação e o incentivo de políticas públicas eficientes inseridas realmente no contexto das necessidades da sociedade, buscando destruir as armadilhas até hoje vigentes no serviço público, no qual a burocracia, o clientelismo, o corporativismo exacerbado e os desmandos voltados contra o interesse maior da população continuam a ocorrer em detrimento de todas as declarações de intenções dos governos até aqui.

A Receita Federal é retrato desse tipo de problema, que ainda hoje não foi enfrentado a contento e contra o qual temos todos, servidores, parlamentares e sociedade, que lutar buscando a eficiência e o atendimento mais digno das necessidades dos nossos clientes: o povo e a Nação brasileira.

Por último, agora como simples servidor e com a consciência de que também a esse item não cabe solução de iniciativa dessa Comissão, mas acreditando que caiba a todo o Parlamento...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Por favor, um minuto para que possa concluir.

O SR. RONALDO DE SOUZA GODINHO - ...a propositura de soluções para que a nossa sociedade seja melhor atendida em seus anseios e suas necessidades, é necessário que se busque de forma permanente, dentro da administração do Estado brasileiro, aí incluídos os três Poderes e as três esferas de governo, formas de efetiva implementação daquelas necessidades expressas na peça orçamentária através dos legítimos representantes do povo no nosso Parlamento.

Veja que não se pretende aqui tolher o direito à iniciativa e à liberdade de ação dos administradores na execução da peça orçamentária, mas, sim, que se busquem mecanismos de promover efetiva execução do Orçamento proposto, eliminando-se as falsas expectativas e, principalmente, dotando a administração dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, evitando o descontentamento da população em vista da precariedade dos serviços prestados por falta de pessoal capacitado, equipamentos em locais adequados, como ocorre hoje dentro da Secretaria da Receita Federal, por exemplo, apesar de esta ser considerada órgão prioritário da administração pública e destinatária de recursos especiais previstos na nossa Carta Magna.

Ora, se esse órgão prioritário sofre com problemas, e falo como executor direto do Orçamento, o que se pode dizer do restante do serviço público e, em última instância, porém mais importante que tudo, o que se poderá dizer da satisfação das necessidades do povo pobre dessa nossa tão rica Nação?

Encerro, desejando sucesso a todos os integrantes dessa Comissão do Congresso Nacional e seus colaboradores na condução dos trabalhos a que se propõem, esperando vivamente que a cada ano possamos olhar para trás e dizer com orgulho e certeza que pelo trabalho bem realizado a Nação brasileira melhora, e que podemos todos nos dar por satisfeitos por termos colocado nem que seja um tijolo na construção de um País mais justo e progressista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado, Ronaldo.

Concedo a palavra ao senhor Marcos Galdenzi, representando a Associação Catarinense dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Acafip) e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social de Santa Catarina (Sindifisp).

O SR. MARCOS GALDENZI - Boa-tarde a todos.

Gostaria inicialmente de cumprimentar o deputado Gilmar Machado e o senador Valdír Raupp, sobretudo pela brilhante iniciativa de divulgar para a sociedade brasileira a mais importante peça que se produz no Congresso Nacional, porque é ela que permite que os investimentos públicos sejam realizados e que os serviços públicos sejam prestados à sociedade brasileira.

Venho aqui representando o Sindicato dos Auditores da Receita Previdenciária e a Associação Catarinense dos Auditores da Receita Previdenciária, duas entidades que trabalham em Santa Catarina de forma unificada. E venho trazendo alguns pleitos.

Verificando a peça orçamentária do ano de 2007, percebemos que existe uma previsão de arrecadação da Receita Previdenciária de R\$ 134 bilhões, se não me falha a memória, senador. Para nosso desalento, como servidores da Previdência Social, no ano de 2006 o Orçamento da União tinha a seguinte previsão para a Receita Previdenciária operar: zero real. Isso significa que a Secretaria da Receita Previdenciária, no ano de 2006, está operando sem orçamento, por conta da Medida Provisória 258, que acabou não sendo aprovada, pois foi derogada no Senado Federal, ou seja, não foram incluídos na peça orçamentária de 2006 recursos para o seu funcionamento.

Hoje a Receita Previdenciária, responsável por arrecadar para este ano R\$ 123 bilhões e para o ano que vem R\$ 134 bilhões, não dispõe ainda de orçamento previsto e de instalações para a sua organização.

Gostaria inclusive de convidá-los para, nos seus Estados, visitarem as unidades da Delegacia da Receita Previdenciária - até o meu colega do SindiReceita questionou a falta de recursos -, a fim de verem realmente a precariedade em que se encontra a Receita Previdenciária hoje no Brasil.

Entendo que precisamos prestar serviços de qualidade para a sociedade e para os contribuintes, e sobremaneira dentro de um objetivo que hoje não é só de governo, mas também da sociedade brasileira, que é o de se desonerar a sociedade a partir de uma ampliação da base de contribuintes - e temos hoje no Brasil cerca de 34,5 milhões de contribuintes (pessoas físicas) que não estão inseridos no sistema previdenciário. Entendo que isso seja algo que deva ser dado especial atenção no Orçamento deste ano, inclusive que se faça uma comparação entre os orçamentos da Receita Previdenciária e da Receita Federal com aquilo que se tem que ter de resultados para o governo brasileiro e para a sociedade brasileira.

Por conta disso, através da nossa entidade nacional, a Fenafisp, apresentamos três emendas aos parlamentares da Comissão de Orçamento. A primeira visando à estruturação da Receita Previdenciária e das suas unidades regionais - no caso aqui da região Sul do Brasil seriam oito delegacias contempladas. Hoje realmente nós estamos vivendo e funcionando graças à boa vontade do INSS e da Receita Federal, que nos têm cedido material para operarmos.

Trazemos também uma proposta de emenda para a reestruturação, a reconstituição do Fundo Previdenciário do serviço público federal, que deixou de existir há muitos anos quando os recursos da Previdência foram utilizados para obras de infra-estrutura. Hoje, a sua ausência acaba sendo uma espada na cabeça dos servidores públicos da União, já que o que se vende à sociedade é que os servidores têm sua aposentadoria garantida pelo Tesouro, quando na realidade eles também contribuem para a sua aposentadoria. Na verdade, o nosso patrão, o Estado brasileiro, é que não faz a contribuição patronal devida.

Por isso peço a sua atenção especialmente para este caso e para as demais demandas do serviço público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Jaime Santos, da Advocacia-Geral da União (AGU).

O SR. JAIME SANTOS - Muito boa-tarde.

Inicialmente quero cumprimentar o deputado Gilmar Machado e o senador Raupp pela iniciativa de regionalizar essa discussão orçamentária; quero saudar todos os presentes, as autoridades, os prefeitos, os deputados, especialmente os nossos companheiros de luta, como o companheiro Josemilton Costa, presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o companheiro Lirio José Téo, presidente da Sintrafesc, e o companheiro Marizar de Melo, do Sindsef do Rio Grande do Sul; e especialmente saudar todos os companheiros da AGU, sofredores, lutadores, que estão aqui buscando um pouco de dignidade para uma casa que tanto faz por este País.

Eu gostaria, presidente, de ler alguns tópicos. Na verdade nós nem precisamos ler nada, porque debatemos há tantos anos a mesma coisa... Mas gostaria de ler alguns tópicos de uma exposição de motivos feita pelo antigo ministro do Planejamento, Guido Mantega, e pelo atual ministro, advogado-geral da União, Augusto Ribeiro Costa, em agosto de 2003, que foi apresentada como projeto de plano de carreira para os técnicos da AGU. Diz o seguinte: *(Passa a ler.)*

"A AGU tem hoje um saldo expressivo de vitórias nos Tribunais. Uma das mais importantes foi a redução da correção do FGTS de 120% para 68%. Este resultado possibilitou que 19,2 milhões de correntistas do Fundo fechassem acordo com a Caixa Econômica Federal para obter tal reajuste pela via administrativa, sendo que 700 mil deles já desistiram das ações que haviam impetrado na Justiça Federal contra a Caixa Econômica Federal." E quando eu falo desistiram, foi naquela época, em 2003.

"A Advocacia-Geral da União conseguiu o reconhecimento da Justiça americana de que a posse do apartamento, em Miami, do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto é do governo brasileiro, porque foi adquirido com dinheiro desviado ilegalmente. O apartamento foi avaliado em US\$ 800 mil. Além disso, os técnicos da instituição, numa atuação conjunta com o Ministério Público Federal, viabilizaram o bloqueio de aproximadamente US\$ 4 milhões em depósitos bancários na Suíça do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

Também no exercício de 2002 a União foi executada em R\$ 7,33 bilhões. A AGU - Advocacia Geral da União -, pautada nos cálculos de verificações técnicas realizadas pelo Departamento de Cálculos e Perícias, impugnou R\$ 4,60 bilhões, e restou concordando com a execução apenas R\$ 2,72 milhões.

De 1995 até 2002 a União foi executada em R\$ 4,39 bilhões, baseada nos cálculos de verificações técnicas realizados pela instituição. A AGU impugnou R\$ 22,74 bilhões. No exercício de 2002 foi calculado pela AGU, para a execução em favor da União, o valor de R\$ 439,01 milhões, sendo R\$ 427,8 milhões relativos às indenizações de R\$ 11,92 milhões referentes aos honorários de sucumbência.

De 1996 até 2002, o valor total calculado para execução para a União importa em R\$ 1,42 bilhão, dos quais R\$ 1,29 bilhão são relativos a indenizações e R\$ 123 milhões a honorários de sucumbência, facilitando o recebimento dos créditos da União pautados na legislação pertinente. Foram parcelados do presente exercício R\$ 919,44 mil."

Por que a gente está expondo isso? Nós estamos expondo para dizer o valor da atuação, do serviço prestado pela AGU.

Além dos advogados da União, nós, técnicos, é que elaboramos todo esse trabalho, nós é que damos o suporte para que a União não perca esse dinheiro, não perca essa verba.

Em razão disso nós estamos apresentando, desde 2003, um projeto de plano de carreira que sequer foi avaliado pelo Ministério do Planejamento. Em 2003 foi inclusive assinado o projeto pelo ministro Mantega, que era ministro do Planejamento.

Finalmente, gostaria de citar um resultado histórico: no período de 1995 até 2004, excetuando o Banco Central e a Fazenda Nacional, foram analisados 296.986 processos, com a impugnação de R\$ 35,8 bilhões, representando 67,79% do total executado contra a União e suas autarquias e fundações.

Para concluir, excelência, eu quero deixar um dossiê em suas mãos para que fosse melhor avaliado, inclusive com uma proposta de impacto orçamentário, aquele impacto que foi apresentado hoje aqui no início, mas só o impacto que nós estamos fazendo dá 1,4% apenas para os servidores da AGU.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Agradeço, Jaime.

Como nós tínhamos colocado no início, mas mais uma vez reforçando, temos a presença oficial neste seminário de representação do Ministério do Planejamento, que também estará falando mais no final, porque uma das coisas que nós solicitamos ao ministro Paulo Bernardo é que o Ministério do Planejamento estivesse participando dos seminários, inclusive para levar as sugestões e as contribuições. Uma coisa são os técnicos lá em Brasília, outra coisa são eles estarem nos Estados, nas regiões, acompanhando o trabalho.

O doutor Márcio está aqui acompanhando e levará o relatório para o Ministério do Planejamento, o que também vais nos ajudar.

Neste momento passamos a palavra ao senhor Luiz Carlos de Freitas, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina.

O SR. LUIZ CARLOS DE FREITAS - Excelentíssimo deputado Gilmar, presidente da Comissão, senador Valdir e companheiros que aqui estão, as nossas saudações.

Eu presido a Feapesc, que é a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, e trouxemos aqui um documento que não será possível ler na íntegra, mas alguns tópicos nós deveremos fazer referência.

Em Santa Catarina somos aproximadamente oitocentos e cinquenta mil aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social.

No Brasil, somos 24 milhões de seres humanos antigos contribuintes da Previdência Social, que, com exceção dos trabalhadores rurais, dos portadores das pensões da Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e também dos beneficiários da renda mensal vitalícia, todos somos considerados cidadãos de segunda categoria.

Há cinco anos nós, do Regime Geral da Previdência Social, éramos doze milhões percebendo o piso mínimo do benefício, no valor do salário mínimo; hoje somos dezoito milhões percebendo o piso mínimo do benefício e seis milhões percebendo acima do salário mínimo. Quer dizer, subiu para dezoito milhões, retroagindo os valores das nossas aposentadorias e pensões.

O interessante é que nós, aposentados do Regime Geral, contribuimos, a grande maioria, com além de um salário mínimo e hoje estamos perdendo 60% do nosso poder aquisitivo.

É isso que queremos dizer a V.Exa., não podemos ficar dessa maneira, porque daqui a pouco, mais uns cinco anos, todos nós do Regime Geral da Previdência estaremos também no piso mínimo do benefício, o que é uma injustiça clamorosa, porque contribuimos para a Previdência Social com valores até o teto máximo.

Uma das causas dessa anomalia é o propalado discurso do déficit da Previdência Social, que é inteiramente inaceitável, inconsistente, porque toma por base exclusivamente as contribuições previdenciárias, desconsidera o texto constitucional e a pluralidade de fontes do orçamento da seguridade social.

Ora, a Constituição federal acolheu conceito de seguridade social incluindo aí a Previdência, e definiu também as fontes de financiamento que são: Cofins, CPMF, CSLL, PIS/Pasep, concurso de prognósticos, além da contribuição sobre a folha de salários. O problema é que os nossos governos, inclusive o atual, desviam as verbas arrecadadas para o financiamento da seguridade social para outros fins.

Como não temos muito tempo para falar, trazemos aqui dois demonstrativos, um da Anfip, que demonstra que a seguridade social e também a Previdência Social não têm déficit, têm é superávit. Isso está aqui neste demonstrativo que a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social), com muita firmeza, capacidade e competência, elaborou.

Temos também aqui um comparativo entre o reajuste do salário mínimo e o reajuste dos benefícios desde 1991.

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS DE FREITAS - Naturalmente queremos citar uma coisa muito eficaz, que no documento da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo eles apresentaram alguns dados importantíssimos que devem ser aproveitados, e vamos deixar com V.Exa. para que pense, analise e faça a execução. O que não pode ocorrer, senhor presidente, é que o governo esteja usando 20% da seguridade social, da chamada DRU, para os gastos que bem entende.

Então, precisamos efetivamente de providências desta Comissão para que se resgatar o direito dos aposentados do regime geral da Previdência Social.

É isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao senhor Fabiano Ostapiv, tesoureiro da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Sindutf/PR).

O SR. FABIANO OSTAPIV - Parlamentares, autoridades, comunidade presente, boa-tarde.

Gostaria de fazer uma análise que é exatamente a visão geral do Orçamento. O Orçamento, como sabemos, mostra a natureza do Estado e a natureza das políticas que os parlamentares encaminham para viabilizar esse Estado.

Então, trarei dois números: as despesas primárias em R\$ 547,8 bilhões, isso reflete um comprometimento com esse número; e por outro lado, as despesas financeiras em R\$ 963,7 bilhões. Olhando esses dois números, parece-me que o comprometimento do Estado brasileiro não está com o funcionalismo público, com o crescimento do Estado, com o desenvolvimento do Estado aumentando esses R\$ 547 bilhões, mas, sim, dando prioridade para as despesas financeiras, superávit primário e pagamento de juros.

Caro presidente, eu pediria que essa visão de Estado fosse mudada, que trocássemos essa visão financeira para uma visão de desenvolvimento, que deve investir mais justamente nas despesas primárias.

Nesse sentido, gostaria de lembrar que o Estado brasileiro, constitucionalmente falando, prevê um reajuste geral da União, e este não está sendo feito a contento há vários mandatos, podemos dizer assim. A partir de 1998, quando foi estabelecido, o reajuste geral da União não prevê mais o aumento para o funcionalismo público. E na perspectiva da apresentação do Plano de Orçamento não vemos de novo contemplado um reajuste geral da União que dê um aumento significativo para o funcionalismo público.

Então, pedimos aos caros parlamentares que revejam esse posicionamento e tragam o que nos é de direito, que é esse reajuste geral, inclusive previsto na Constituição federal.

Quero dizer ainda, caro presidente, que temos uma visão de Estado que é financeira. Estamos dando prioridade para pagar essa dívida, agora, no meu entendimento e de muita gente da sociedade brasileira, ela é ilegal e imoral. Vendemos o patrimônio brasileiro para pagar essa dívida e não pagamos, ela está hoje em R\$ 1 trilhão.

Então, se damos tanta prioridade assim a essa dívida, por que não fazemos aquilo que a Constituição federal pede, que é a auditoria da dívida, inclusive encaminhada na Constituição e com abaixo-assinado, com mais de seis milhões de assinaturas, e até hoje a gente não viu uma resposta a essa questão, ao invés de ficar destinando dinheiro para pagar algo que a gente acha muito obscuro.

Era isso, caro presidente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao senhor Josemilton Maurício da Costa.

O SR. JOSEMILTON MAURÍCIO DA COSTA - Sou secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, e essa entidade representa 770 mil trabalhadores.

Gostaria de citar, inclusive, os trabalhadores que garantem um serviço público de qualidade para a classe trabalhadora que tanto precisa de serviço público, e esses servidores infelizmente têm os piores salários do Executivo. Foram discriminados no governo anterior e este governo não conseguiu repor as perdas (*ininteligível*) desses setores.

Senador, depois chegará às mãos do senhor, uma gama de servidores até de seu Estado, Rondônia, que também passa pela mesma situação, e nós os representamos também.

Vou falar em nome dos servidores administrativos do Ministério da Agricultura; do Ministério da Fazenda; do Ministério da Educação; do Ministério da Indústria e Comércio; servidores do Incri; da seguridade social, incluindo aí Ministério do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, Saúde, Previdência; servidores do Fundo da Marinha Mercante; das Agências Reguladoras de um modo geral; servidores administrativos do Ministério dos Transportes; servidores do Ibama; do Ministério das Minas e Energias; os técnicos da AGU; servidores do Departamento da Polícia Rodoviária Federal; do DNIT; da Cultura; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério do Planejamento; do Ministério da Ciência e Tecnologia; da Fundação Nacional do Índio; servidores civis dos Órgãos Militares; do Banco Central; do Dnocs; do Ministério das Comunicações e do Ministério da Justiça.

Essa gama representa 770 mil trabalhadores, senador. São eles que mantêm a máquina administrativa funcionando. Toda a discussão do Orçamento vai para serviços públicos, para implementação da reforma agrária, para o meio ambiente, para a agricultura familiar, para ciências e tecnologia, para seguridade, entre tantos e tantos serviços. São esses servidores que implementam na ponta todo esse trabalho. Infelizmente são os piores salários que existem dentro do Executivo.

Em seguida irá falar o representante da coordenação nacional de entidades, e inclusive temos consenso de que é preciso ter uma política de recursos humanos, é preciso ter uma política salarial que possa ter na administração pública uma tabela única para o nível superior, uma tabela única para o nível intermediário e uma tabela única para o nível auxiliar. Hoje temos 22 carreiras na administração pública federal, com salários totalmente diferentes um do outro, chegando a variar o menor salário para o maior 15 vezes.

Senador, temos vencimento básico de R\$ 79,00, recebendo complemento salarial do salário mínimo, e temos vencimento básico de R\$ 6.970,00. Temos nível superior, que tem na sua remuneração R\$ 2.500,00, com trinta anos de serviço público (temos contador ganhando isso), e ao mesmo tempo nós temos na administração pública, no Executivo (não estamos falando do Legislativo nem do Judiciário, senador), nível superior ganhando R\$ 16.000,00. Não estou dizendo que esse que ganha R\$ 16.000,00 ganha muito, mas a distorção é astronômica em relação a um servidor de nível superior ganhando R\$ 2.500,00 e um outro do mesmo Executivo ganhando R\$ 16.000,00. Temos nível intermediário com trinta anos de serviço ganhando hoje, mesmo com o aumento que foi dado na remuneração, R\$ 1.700,00; e ao mesmo tempo temos nível intermediário ganhando R\$ 6.900,00.

O que estamos pedindo aqui é que a Comissão Mista do Orçamento, que tem uma importância fundamental na finalização desse Orçamento, possa vir a corrigir...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. JOSEMILTON MAURÍCIO DA COSTA - O presidente Gilmar Machado sabe de tudo isso.

*O que nós queremos é que esta Comissão, na pessoa do relator, possa vir a corrigir essas distorções astronômicas que existem hoje dentro do Executivo. Essa é a nossa reivindicação. Vamos passar às mãos dos senhores, e esperamos voltar a falar para, na verdade, podermos buscar a corrigir essa série de injustiça que vem sendo cometida desde o governo anterior.*

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Com a palavra o senhor Marizar Mansilha de Melo, coordenador geral do Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul (Sindiserf/RS).

O SR. MARIZAR MANSILHA DE MELO - Quero cumprimentar os membros da mesa, na pessoa do relator, o senador Valdir, do PMDB de Rondônia; e do nosso companheiro e presidente da Comissão, Gilmar Machado, de Minas Gerais.

Cumprimento todos os parlamentares federais e estaduais aqui presentes, vereadores, representantes das três esferas, não só da Assembléia Legislativa, do governo federal, estadual e municipal. Quero cumprimentar as entidades representativas, em especial a Condsef, a nossa confederação; além do Sintrafesc, nosso sindicato da casa; e também o nosso coirmão, o Sindiserf, do Estado do Paraná; as sociedades não-governamentais aqui prestigiando esse debate; e em especial a platéia que veio do Rio Grande do Sul e do Paraná (principalmente a do Rio Grande do Sul), para podermos enriquecer o debate.

Informo que esse debate não é novo, essa nossa luta não é nova, travamos no ano passado, quando conseguimos avançar dentro da Comissão Mista de Orçamento, com uma conscientização responsável a todos os membros dessa Comissão, pulando de 1,5 bilhões para 5,1 bilhões, para que pudesse atender parte da necessidade dos servidores.

Em especial quero dizer que esse é um sinal, pena que ainda não temos o orçamento participativo nacional, a exemplo da prefeitura de Porto Alegre, do governo do Estado do Rio Grande do Sul, do saudoso governo Olívio Dutra, mas que podemos dar um passo importante, para que possamos travar um debate em cima do Orçamento, que irá dirigir a distinção a cada setor.

Agora, pena que na manifestação de vários parlamentares que estiveram aqui, em especial da liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado federal, a senadora catarinense, não foi citada em nenhum momento não só a questão do recurso destinado à correção das perdas salariais e à correção de um reajuste digno que pudesse ser compatível com a realidade do País para os trabalhadores do serviço público federal, infelizmente também não foi colocada (e aqui queremos afirmar, enquanto Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, o que queremos) a valorização do ser humano no serviço público, o curso de capacitação, o reconhecimento com salário digno aos servidores e, em especial (essa é uma luta nossa, da nossa confederação, do nosso sindicato e de todo o conjunto dos sindicatos federais), não abrir mão da luta da igualdade em relação a salário, aos trabalhadores aposentados e pensionistas de todo o País.

Tem uma lista aqui de órgãos que o companheiro Josemilton, que me antecedeu, já colocou. Mas quero frisar aqueles que estiveram presentes aqui conosco, lá do Rio Grande do Sul, trabalhadores da Agricultura, da Fazenda, o PCC hoje PGPE, os trabalhadores de seguridade social, do Ministério do Trabalho, do Ibama, da GU e servidores civis dos órgãos militares, que essa luta não é uma luta isolada do Sindicato dos Servidores Públicos, entendemos que o Orçamento da União é um recurso destinado por todo o cidadão. E queremos também, a exemplo do que disse o companheiro da área da Educação, dizer que desde 1998, desde a Emenda Constitucional nº 19, o governo não regulamentou e não atendeu o que diz a legislação, um atendimento digno de reajuste salarial aos servidores públicos federais.

Para concluir, quero dizer que o conjunto dos servidores públicos federais está dentro desse Orçamento em média de R\$ 8 bilhões, e entendemos que para corrigir o conjunto dos 25 órgãos, em especial esses que acabei de citar aqui, é necessário que possamos chegar a R\$ 14,89 bilhões. Com certeza essa Comissão será sensibilizada, porque estaremos mostrando números, dados reais, não fictícios, para que nós, trabalhadores, possamos ser valorizados, possamos ser respeitados, apresentando um serviço público digno e de qualidade para o cidadão que contribuiu.

Um abraço apertado a cada companheiro e a cada companheira. A nossa luta não vai se esgotar aqui nesses seminários regionais, a nossa luta será a cada dia, no Congresso Nacional, junto com os parlamentares da Comissão Mista e com todos os parlamentares dos Estados que fizeram parte da Comissão, para que possamos assegurar, assim como foi assegurado um segundo mandato ao governo Lula, essa dignidade, esse tratamento igualitário aos nossos trabalhadores do setor público, ativos, aposentados e pensionistas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Gilmar Machado/MG) - Com a palavra o senhor Paulo Marcos Borges Rizzo.

O SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO - Senhor Presidente, senhor relator, demais presentes, eu sou professor da Universidade Federal de Santa Catarina, sou presidente da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e estou aqui representando a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais, da qual fazem parte várias entidades que já se manifestaram, como a Condicef, a Fenafisp e outras.

Nós somos uma coordenação de unidade dos servidores públicos, uma intersindical que organiza a bancada dos servidores, e já vimos aqui neste plenário várias intervenções de servidores - muitos que estão presentes devem estar se questionando se somente os servidores vão intervir.

Nós fizemos um seminário agora, no dia 31, em Brasília, onde participaram Andes, Condicef, Fasubra, Fenafisp, Fenajuf, Cinat, Cinal, Cinasef, Sindireceita, Unafisco, - que é dos auditores fiscais -, debatemos o Orçamento e trazemos algumas questões para este debate.

Primeiramente queremos saudar a iniciativa de ter essas sessões regionais, e nós estaremos participando delas trazendo as nossas contribuições.

Na peça que sai do Ministério do Planejamento e que vai ao Congresso tem um gráfico sobre o salário dos servidores, que é um gráfico nominal, no qual os salários vão crescendo desde 1997. Agora em 2006 está em 106 bilhões e no próximo ano terá um acréscimo. Isso dá uma idéia de que os servidores estão tendo cada vez maior salário, só que isso é nominal. Na verdade, a participação da folha dos servidores, incluindo ativos e inativos, em 1995 representava 56% das despesas da União, em 2005 chegou a 27% e ano-a-ano vai caindo a participação dos servidores.

Então, se nós estamos aqui intervindo, não é para pedir nada de extraordinário, porque a nossa participação no Orçamento da União vem sendo reduzida. E já foi mostrado aqui o crescente processo do superávit primário, que vem comandando o processo do nosso Orçamento.

O companheiro da Federação dos Aposentados já demonstrou que não há déficit da Previdência. Bom, há um processo que a carga de juros das despesas financeiras do Orçamento vêm, efetivamente, crescendo assustadoramente. Portanto, nessas audiências, nesses seminários, nós acreditamos que todas as reivindicações e todas as emendas buscam desenvolvimento, nós as valorizamos, mas lembramos do papel estratégico que os servidores têm.

Eu lembraria a recente experiência que todo o País teve com os controladores de voo, que na demonstração feita nos últimos dias mostraram o papel estratégico de um segmento de trabalhadores do serviço público que não tem a devida valorização, e não tem sequer a necessária contratação.

Concluindo a minha fala, nós entregamos em junho a nossa proposta de emenda para a LDO (e o deputado Gilmar conhece), e queremos recuperar. Foi aprovada na LDO do ano passado uma emenda para política salarial e depois o governo vetou. Estamos ainda querendo que seja aprovada, porque o governo diz que não podia indexar no veto os valores remuneratórios. Na justificativa ele fala exatamente aquilo que não cumpre, porque na justificativa ele cita a Constituição federal, que diz que "tem que ter a revisão geral anual dos servidores", mas o próprio governo não o faz.

Por último, no início de agosto o governo chamou toda banca sindical dos servidores para anunciar que em função das eleições não haveria negociação com os servidores, e nós gostaríamos que o senhor presidente, o senhor relator e os membros da Comissão intercedessem junto ao governo para que fosse reaberto o processo das negociações com os servidores. Há recursos que faltam no Orçamento, como também há destinação de recursos para reestruturação de carreiras, mas não temos a mesa de carreira funcionando.

Espero que nós tenhamos demonstrado que aquela grande preocupação que teve no debate político no segundo turno, de como o governo vai recuperar a sua capacidade de investimentos... E naquele debate político os candidatos ficavam vendo como iam fazer os ajustes orçamentais, como iam fazer cortes para recuperar a capacidade de investimento do Estado. Espero que a gente tenha demonstrado que não será cortando da Previdência e dos servidores que essa capacidade vai ser...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)*

*(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Gilmar Machado/MG) - Obrigado.

Passamos a palavra ao senhor Moacyr José Vaz de Souza, chefe de assessoria parlamentar da Embrapa.

O SR. MOACYR JOSÉ VAZ DE SOUZA - Boa-tarde a todos.

Gostaria de saudar o deputado Gilmar Machado, presidente da Comissão; o senador Valdir Raupp, relator do Orçamento; e trazer uma mensagem em nome da Embrapa.

A Embrapa é uma empresa que está estruturada em todo o território nacional, e eu acho que é desnecessário falar da importância que ela teve no desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Hoje recaem sobre a Embrapa vários desafios que são os do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento do agronegócio, da agricultura familiar; e é uma empresa que necessita, de uma maneira muito intensa, a retomada de investimentos e recursos.

Hoje a Embrapa tem um orçamento menor do que tinha em 1996, mas o tamanho do desafio e da tarefa que ela tem que desenvolver foi muito ampliado. As demandas em cima da Embrapa hoje são extremamente intensas, as questões como defesa, desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e a competitividade do agronegócio, as questões relacionadas à agricultura familiar estão tomando a agenda da Embrapa e não há contrapartida de recursos.

A Embrapa tem hoje um orçamento de R\$ 1 bilhão, dos quais apenas 3% são voltados para investimentos. A Embrapa não tem fortes investimentos em infra-estrutura há mais de dez anos, e isso tem comprometido. Pegando o exemplo de Santa Catarina: a questão da cadeia de agricultura, suinocultura é altamente tecnificada. Ou seja, os nossos competidores no mundo investem fortemente em tecnologia.

Citando alguns pontos, a questão da comprovação e do diagnóstico de doenças, questões de biossegurança, a gestão do meio ambiente e também a questão dos resíduos e alimentos, como medicamentos e agrotóxicos, são temas que se não forem adequadamente tratados podem comprometer toda uma cadeia de produção e levar a uma crise regional ou estadual. Quer dizer, a economia do Estado pode ser fortemente afetada.

No papel que a Embrapa tem no desenvolvimento do agronegócio ela precisa de parceiros fortes. A Embrapa é hoje coordenadora do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que envolve as empresas estaduais, universidades e institutos de pesquisas. E ao longo desses anos, o que temos visto é uma decadência, principalmente das empresas estaduais; algumas inclusive em estado pré-falimentar.

A perspectiva que nós temos no Orçamento deste ano, deputado e senador, é que se possa conseguir alocar recursos para que a Embrapa volte a ter novamente capacidade de coordenação do sistema; e que se consiga fortalecer as empresas estaduais que, coordenadas pela Embrapa, podem novamente ter um papel extremamente significativo no desenvolvimento regional e dos Estados.

A Embrapa tem hoje quatro temas importantes para trabalhar: a questão da competitividade e a defesa. Eu acho que a questão de água e energia tem que ser vista como um tema fundamental, porque são tecnologias portadoras de futuro, e essa questão é um desafio do milênio inclusive. A Embrapa também tem outro desafio, que é a questão do desenvolvimento da agricultura familiar. A Embrapa tem que ter para a agricultura familiar talvez a mesma importância que ela teve para a questão do agronegócio.

Se nós tivemos o desenvolvimento da região Centro-Oeste e da região Sul nos anos setentas e oitentas, hoje temos Estados como Piauí e Maranhão que podem ser celeiros em termos de água e energia, e estamos fortemente envolvidos nesse aspecto.

*A questão também do semi-árido, questões de mudança climática, esses desafios necessitam de estudos, de desenvolvimento de tecnologias. A questão pela qual o Rio Grande do Sul passou recentemente, claramente é um problema de... lá é necessário mudança tecnológica, matriz tecnológica, matriz produtiva. A questão do desenvolvimento de variedades que sejam resistentes a stress hídrico, a pragas que possam estar invadindo e ameaçando todo um setor que responde por quase um terço do PIB.*

A Embrapa lança um desafio, faz um apelo à Comissão de Orçamento. No ano passado já tivemos um bom pleito e nós queremos repetir isso.

Eu sei que o deputado Gilmar Machado, o senador...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Concedo-lhe mais um minuto para a conclusão.

O SR. MOACYR JOSÉ VAZ DE SOUZA - ...senador Valdir Raupp e os demais membros da Comissão e do Congresso, como um todo, entendem a importância da Embrapa para o desenvolvimento do País. Nós queremos reestruturar a Embrapa e reestruturar o Sistema Nacional de Pesquisa com os nossos parceiros e empresas estaduais. Se a Comissão trabalhar nesse sentido vai ser dado um grande passo, mas um grande passo mesmo para o desenvolvimento sustentável deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Obrigado.

Com a palavra o senhor Paulo Fernando Lopes Funari, da Fasubra - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras.

O SR. PAULO FERNANDO LOPES FUNARI - Boa-tarde, senhoras e senhores.

Nós representamos em torno de 150 mil trabalhadores, e gostaríamos de ratificar aqui que a luta da Fasubra é conhecida tanto da sociedade brasileira como dos parlamentares. É uma luta histórica na busca de melhores condições de trabalho, salário, condições locais, ambientais, enfim, em todo sentido nós trabalhamos para que tenhamos melhores condições de trabalho; a questão da saúde, dos hospitais universitários, das redes periféricas de saúde que compõem esse conjunto. Então, a Fasubra vem contribuindo nesse sentido, formulando e enviando ao governo esses encaminhamentos.

Agora, gostaria de dizer que este governo vem ouvindo pouco o trabalhador. Primeiramente foi em relação à reforma da Previdência, que tirou direitos históricos dos trabalhadores. E nós mostramos, com dados, que não era necessário fazê-la naquele momento, mas ela foi feita e não fomos ouvidos.

Posteriormente a isso, a Fasubra enfrentou uma greve na busca também histórica de um plano de carreira. Foi acordado e ainda não temos a solução, ainda faltam várias questões dentro dessa carreira, como a questão em relação à racionalização dos cargos e a questão da formação. E o problema é financeiro, orçamentário, falta dinheiro.

Então, a nossa contribuição, o nosso pedido é que seja de fato apresentado um Orçamento que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores, não é nada demais, que são necessárias para o mínimo de dignidade.

Para concluir, reforçamos esse pedido: que realmente seja atendido, seja melhorado, que o governo ouça mais o trabalhador na hora de fazer as reformas, de fazer as mudanças, porque elas estão vindo na forma da retirada de direitos históricos, nós temos observado através dos fatos, e isso tem sido nocivo à sociedade.

Portanto, peço ao companheiro aqui, presidente Gilmar Machado, que é conhecido nosso da Fasubra, que dê uma olhada com carinho nessa questão do Orçamento, para que possa atender às nossas necessidades básicas.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado.

Com a palavra Marco Antônio de Pádua Borges, do Conselho Estadual de Saúde/SC.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE PÁDUA BORGES - Boa-tarde a todos e a todas, ao senhor presidente e também ao relator que, infelizmente, ausentou-se da mesa.

Primeiramente eu gostaria de dizer que represento o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, que é a entidade de base da Fasubra; e neste momento estou representando o Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Passamos os olhos por cima de toda a documentação que tivemos a oportunidade de pegar e não vimos aqui questões sobre o que o companheiro Paulo, que me antecedeu, já explanou. Mas eu gostaria de chamar um pouco mais de atenção, dentro do tempo que tenho, para três questões. Até o companheiro dos professores me contemplou bastante com relação à questão do déficit zero que está colocado dentro da ótica ainda do nosso governo.

Mas o que eu queria dizer é que não vi garantida, dentro da peça orçamentária, a Emenda Constitucional 29, que regulamenta as ações de saúde para todo o Sistema Único de Saúde no País. Por conta disso, eu não vou ter tempo de explicar a respeito do que a EC 29 significa para todo o povo brasileiro, mas entre outras coisas implica dizer que é investimento dentro do Sistema Único de Saúde em todo o País.

Outra questão que eu gostaria de apontar também é sobre as verbas federais que estão sendo destinadas aos quilombolas em todo o País. Santa Catarina possui uma comunidade quilombola que fica no município de Campos Novos, aqui no planalto serrano, e essa comunidade, com 113 famílias, até hoje não consegue ter a equipe mínima de Programa de Saúde da Família.

É lamentável que não tenhamos aqui os parlamentares do Estado para poderem escutar o que estamos falando a respeito dos quilombolas, mas com certeza os técnicos estão aqui, inclusive do Ministério do Planejamento. Que a gente possa ter um controle, possa pelo menos ter a visibilidade desse quilombola aqui em Santa Catarina, tendo o mínimo da dignidade de estar recebendo atendimento idêntico ao do resto da população brasileira, que é a equipe de PSF dentro da sua comunidade, que dista do município de Campos Novos.

*A outra questão é a reposição do pessoal de saúde dentro dos hospitais universitários. O nosso HU aqui atende a toda a demanda regional. Tem gente que atravessa o Estado, enfrenta 450, 500 quilômetros, vem lá do meio-oeste, para chegar aqui em Florianópolis e ser atendido no HU, que é o único hospital literalmente SUS.*

O Conselho Estadual de Saúde tem entendido o papel relevante. Inclusive fizemos aqui neste ambiente uma audiência pública com a presença do diretor do HU daqui, para que a gente pudesse, de uma forma geral, fazer com que a comunidade entendesse o papel que ele desenvolve e quais são as ameaças que existem nele, para todos os hospitais, não só o de Santa Catarina. E o senhor sabe, pois isso tramitou dentro do próprio governo, da desvinculação dos trabalhadores dos HUs para o Ministério da Saúde. E teve inclusive um posicionamento firme por parte do Conselho Nacional de Saúde, que iria orçar demais, iria prejudicar os programas de saúde existentes hoje dentro do Sistema Único.

Então, nesse sentido a gente vem assistindo que os trabalhadores da saúde dentro dos HUs, e aí eu não vou detalhar, é uma categoria multiprofissional, os hospitais universitários do País inteiro têm um déficit em torno de 15 mil trabalhadores, sendo que para todas as universidades precisariam repor 25 mil trabalhadores. E não estamos só reivindicando aqui a questão salarial, porque isso os outros companheiros do setor público já me antecederam, mas a reposição de pessoal para atender a demanda do povo, inclusive catarinense e de todo o País, porque os hospitais universitários são referências nos seus Estados. A gente não está conseguindo e o Estado brasileiro está ficando à margem quando abre simplesmente as parcerias público-privadas para fazerem a assistência do povo brasileiro. E sabemos o que está em risco, sabemos que vai prevalecer a saúde como mercadoria, a educação como mercadoria, e não vamos ter a reposição qualitativa da saúde do povo brasileiro, que está adoecendo, está envelhecendo e não está tendo a reposição dentro das universidades.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado.

Com a palavra Márcia Regina Sartori Damo, secretária de Programas Regionais do Ministério de Integração Nacional.

A SRA. MÁRCIA REGINA SARTORI DAMO - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o presidente da Comissão Mista do Orçamento, o relator do Orçamento e todos os representantes dos poderes Executivo e Legislativo aqui presentes, tanto em nível federal quanto estadual.

Quero colocar que o Ministério de Integração Nacional, além das importantes obras de infra-estrutura hídrica e ações de defesa civil, também tem trabalho fortemente no programa das mesorregiões diferenciadas deste país dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Nesse sentido, senhor presidente, gostaria que a Comissão Mista do Orçamento pudesse dar uma prioridade para o Sul do País, que nos últimos governos tem recebido uma atenção privilegiada em relação à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, quando priorizou três mesorregiões no Sul do País, sendo ela a metade Sul do Rio Grande do Sul, a mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e a mesorregião Vale do Ribeira, pegando o Estado de São Paulo e Paraná; a mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, pegando os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e a metade Sul do Rio Grande do Sul, pegando o Estado do Rio Grande do Sul.

Por que quero colocar? Porque o Sul do País também tem inúmeros problemas, assim como tem o Norte e Nordeste do País. E o Sul do País também tem áreas que estão precisando de uma atenção redobrada do governo federal.

Nesse sentido, eu estou aqui muito mais como catarinense do que como integrante do Ministério de Integração Nacional, para colocar a necessidade do não-corte do que está colocado no Orçamento do governo federal e, mais do que isso, que as emendas dos nossos parlamentares sejam aquelas que possam contribuir ainda mais para aquilo que está colocado no Orçamento.

Eu queria ressaltar o que já foi colocado hoje aqui: da importância da criação da universidade da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, uma universidade descentralizada em Santa Catarina.

Hoje nós temos no Estado de Santa Catarina mais de cinco milhões de habitantes e apenas uma universidade federal, e a minha reivindicação é que as emendas dos nossos parlamentares da bancada da região Sul passe a contemplar essa universidade federal que vai atingir mais de quatro milhões de habitantes nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Portanto, entendo ser uma reivindicação justa e queria colocá-la para que ela tenha o apoio de todos os parlamentares do Sul do País.

Da mesma forma gostaria que o programa das mesorregiões fosse priorizado. Afinal o governo federal identificou essas regiões como prioritárias e tem apoiado com recursos, mas é importante que as emendas parlamentares também venham contribuir e complementar aquilo que está sendo colocado no Orçamento, para que de fato possamos reduzir as desigualdades regionais no País.

Nesse sentido o Ministério da Integração Nacional está muito atento, temos selecionado as pessoas para participarem de todas as audiências públicas que estão acontecendo em nível de País, para que de fato essas regiões com maior necessidade tenham complementados os recursos através das emendas parlamentares - e que possamos sensibilizar os parlamentares.

Era isso que eu gostaria de colocar, e pedir a sua atenção em relação ao Orçamento e a essas regiões em nível de País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado/MG) - Muito obrigado, Márcia.

Com a palavra Ariovaldo Bolzan, reitor em exercício da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. ARIOVALDO BOLZAN - Boa-tarde, senhor presidente, deputado Gilmar Machado; demais parlamentares; senhores e senhoras presentes.

Vou falar um pouco da nossa universidade federal, uma universidade jovem, de 45 anos de idade, que em qualquer índice de avaliação situa-se entre as 5 melhores universidades brasileiras, e em alguns índices como a melhor universidade federal brasileira.

Essa universidade começou um processo de interiorização, através de pólos de educação a distância em seis cidades num primeiro momento, mais sete num segundo e mais duas cidades que serão instaladas posteriormente; e estamos com um programa de formação de professores. Santa Catarina, um Estado que possui excelentes índices sociais, possui mais de cinco mil professores em salas de aula sem formação na área específica. Estamos nesse momento com mil alunos formandos para Matemática e Física; pretendemos iniciar, no próximo ano, Biologia e Química; e outras licenciaturas. Esse programa, que chamamos de Programa de Interiorização, está baseado em emenda parlamentar, do deputado Jorge Bueira, e solicitamos, senhor presidente, especial atenção para que possamos continuar esse projeto de interiorização agora, através de emenda parlamentar do Fórum Parlamentar Catarinense.

Gostaria também de reafirmar o que foi colocado pela minha antecessora. Presidente, nós morremos de inveja do Estado de Minas Gerais, Santa Catarina morre de inveja de Minas Gerais. Nós temos uma única universidade federal, Minas Gerais tem doze e o Rio Grande do Sul tem seis. Santa Catarina é um dos poucos Estados brasileiros que tem somente uma universidade federal. E essa proposta da criação da universidade da mesorregião da Fronteira do Mercosul contempla três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Seria de muita importância para Santa Catarina se pudéssemos criar, através da cooperação com outras universidades federais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, uma segunda universidade para o nosso Estado, porque Santa Catarina tem o pior índice de vagas públicas sobre alunos aptos a estudarem em universidade pública; é o pior índice do Brasil - e essa nova universidade poderia amenizar essa situação.

O Fórum Parlamentar Catarinense, como foi dito aqui pela senadora Ideli Salvatti e pelo deputado Vignatti, está empenhada para que possamos criar essa nova universidade. Então, peço uma especial atenção ao senhor presidente e ao senhor relator, senador, para que, já no próximo ano, possamos possuir recursos para a implementação dessa universidade, que o povo catarinense irá agradecer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (deputado federal Gilmar Machado) - Muito obrigado, reitor.

Com a palavra o senhor Túlio Tavares Santos, diretor-geral da Secretaria de Planejamento do Estado, neste ato representando o governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira.

O SR. TÚLIO TAVARES SANTOS - Quero cumprimentar o presidente, deputado federal Gilmar Machado; o senador Valdir Raupp, relator da Comissão Mista de Orçamento; os colegas da Secretaria de Planejamento; o secretário de Planejamento do Estado do Paraná, Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, cumprimentar o presidente pela iniciativa de trazer a discussão do Orçamento para as regiões, prática essa que já executamos aqui em Santa Catarina, com o projeto de descentralização do governo. Já discutimos o Orçamento de forma regionalizada, com resultados muito interessantes, quando os Conselhos de Desenvolvimento Regional fazem as sugestões para as emendas no Orçamento.

Depois de tudo que aqui foi dito pelos deputados, o próprio documento do Orçamento já traz uma série de obras importantes para Santa Catarina, quero grifar dois assuntos, dois projetos, dois programas que acho de suma importância para Santa Catarina: um deles é a questão da compensação da lei Kandir. Sei que isso é motivo de grandes discussões no Congresso Nacional, mas Santa Catarina tem também um interesse muito grande por ser um Estado exportador, e tem interesse nesse debate.

Em segundo lugar, quero trazer também aqui a questão da defesa sanitária animal, que o nosso companheiro da Embrapa já colocou, mas eu gostaria que os senhores deputados e senadores levassem a nossa preocupação, a de Santa Catarina, que é um Estado de excelência nessa área. Nós temos os melhores índices de defesa sanitária, somos considerados o único Estado da Federação livre de febre aftosa sem vacinação. O nosso padrão, o nosso status sanitário nos permite exportar aves e suínos para o mundo inteiro, e queremos manter isso. E para manter isso nós precisamos de uma participação maior do governo federal.

Para os senhores terem uma idéia, neste ano, em 2006, o Estado de Santa Catarina investiu cerca de sessenta milhões de reais nessa área e o governo federal participou com cerca de um milhão e meio de reais. Então, acho que precisamos, sim, de uma participação mais efetiva do governo federal nessa área de defesa sanitária animal, que para nós faz com que abra o mercado mundial. A concorrência é muito acirrada em nível mundial e nós temos que exportar suínos, aves, maçã e uma série de produtos primários que Santa Catarina é líder em produção.

Quereria que o senador e o deputado levassem a preocupação de Santa Catarina nessa área especificamente, pois já temos índices excelentes, mas temos que melhorar e manter essa qualidade, esse status sanitário de Santa Catarina. Para isso precisamos do apoio e da participação governamental, do governo federal aqui em Santa Catarina, que em conjunto com o governo do Estado, em conjunto com as empresas que trabalham na área da agricultura fazem esse trabalho aqui com muita qualidade, permitindo que Santa Catarina continue exportando esses produtos para o mundo inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDEDENTE (deputado federal Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Antes de encerrar os trabalhos, mais uma vez agradeço a colaboração da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na pessoa do presidente, deputado Júlio Garcia; agradeço a todos os funcionários da Coordenadoria Taquigráfica das Comissões, do Cerimonial; o pessoal da Secretaria de Comunicação, que foram muito atenciosos e têm dado uma grande colaboração para que pudéssemos realizar esse seminário.

Podem ter certeza de que todas as questões que aqui foram levantadas terão, lá em Brasília e na Comissão, uma atenção especial. Todas as propostas aqui levantadas pelos três Estados e que foram entregues, nós já coletamos e vamos repassar a cada Bancada, para que cada uma possa examinar. O relator tem feito um trabalho muito grande para ter uma atenção, para resolvermos de fato essa questão da Lei Kandir. O que nós precisamos é regulamentar o processo, porque a Lei Kandir, na verdade, já não existe mais, temos que fazer um fundo de compensação, e essa regulamentação nós vamos resolver de vez, para não termos mais esse problema todo ano de ficar atrás.

A questão dos aposentados é uma grande preocupação e nós temos, pode ter certeza, uma atenção; a questão dos servidores nós temos colocado, e é um debate feito; o salário mínimo. Então, são questões que a Comissão vai tentar, vai levar as contribuições e as sugestões.

Estamos encerrando hoje aqui, mas amanhã, às 10hs, estaremos abrindo um novo seminário em Belo Horizonte, na região Sudeste.

Agradecemos todas as pessoas que têm acreditado nesse trabalho. É apenas uma iniciativa a mais para que possamos assegurar ao povo brasileiro que cada centavo que ele paga de impostos, de fato, será bem aplicado, será discutido corretamente a sua aplicação e posteriormente a sua execução. Essa é uma grande preocupação do Congresso Nacional, da Comissão Mista, e queremos dar a nossa contribuição enquanto estamos lá participando desse processo.

Muito obrigado a todos e a todas, e que de Deus nos abençoe. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL**

**VICE-PRESIDENTE DA ALESC**

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

### ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia trinta e um de outubro do ano de dois mil e seis, sob a Presidência do Senhor Deputado Onofre Santo Agostini, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 22ª reunião ordinária, referente à 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura. Presentes os demais membros: Deputado Joares Ponticelli em substituição ao Deputado Celestino Secco, Deputado João Henrique Blasi, Deputado Paulo Eccel, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Gelson Merísio e o Deputado Unirio Nestor Dalpiaz. Aberto os trabalhos, o Presidente cumprimentou os Senhores Deputados presentes. Foi lida e aprovada por unanimidade a Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. O Senhor Deputado Onofre Santo Agostini relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 0313.4/06, 0314.5/06, 0311.2/06, 0301.0/06, 0252.8/06, 0302.1/06 e 0240.4/06, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projeto de Lei nº 0399.4/06, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e a Mensagem de Veto nº 01573/06, exarando parecer pela compatibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Gelson Merísio relatou as seguintes matérias: Projeto de Resolução nº 0017.0/06, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Eccel; Projeto de Lei nº 0260.8/06, exarou parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; Projeto de Lei nº 0312.3/06, exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 0010.9/03, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2006.

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA EM 08/11/2006

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, às 09:00 horas sob a Presidência do Deputado Wilson Vieira - Dentinho, reuniram-se os Deputados Wilson Vieira - Dentinho, Gelson Merísio, Romildo Titon, Antônio Carlos Vieira, Rogério Mendonça, Odete de Jesus, Dionei Walter da Silva e Antônio Ceron. Com o uso da palavra, o Deputado Presidente colocou em votação a Ata da Reunião anterior, foi aprovada por unanimidade. Ato "continuum" o Deputado Gelson Merísio relatou o PLC/0049.2/2006 que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, como também o PLC/0050.6/2006, relatou o PL./0235.7/2006 que em discussão a Deputada Odete de Jesus,

solicitou vista em gabinete. Com palavra O Deputado Romildo Titon que relatou o PL./236.8/2006 e colocado em discussão, foi solicitado vista em mesa, após análise do Deputado Antônio Carlos Vieira, o Deputado relator colocou em votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência com a palavra o Deputado Rogério Mendonça, que relatou o PLC/0056.1/2006 que em discussão, foi votada e aprovado por unanimidade. Ato "continuum" a Deputada Odete de Jesus relatou os Ofícios 0030.3/2005 e o 0023.4/2006 que em discussão, e em votação foi aprovado pelo arquivamento. Em seguida com a palavra o Deputado Antônio Ceron que relatou o PL./0088.3/2006, que posto em discussão, e votação, foi aprovado com Emenda Modificativa. O Presidente Wilson Vieira-Dentinho relatou o PL./293.6/2006, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com Emenda Aditiva. Com a palavra o Deputado Dionei Walter da Silva, relatou a proposta Orçamentária para o ano de 2007, apresentou o parecer preliminar do PL./0310.1/2006, contendo a estimativa da receita e despesa fixa do Estado para o exercício do próximo ano, o orçamento prevê um total de R\$ 9,5 bilhões e todo o planejamento para investimentos elaborado a partir da execução orçamentária registrada até julho deste ano, ressaltou também, que o projeto de revisão do Plano Plurianual de Ações(PPA) deve tramitar juntamente com o orçamento, já que ambos têm Ações em conjunto, declarou que as 39 prioridades, tiradas das Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado, foram incluídas por acordo entre os parlamentares na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Neste sentido, o relator deseja que essas reivindicações escolhidas pelas comunidades sejam também incluídas no orçamento de 2007. "Pretendemos obrigar o governo a destinar 2% dos recursos disponíveis do orçamento para realizar as prioridades do Orçamento Regionalizado. Também queremos que 1% deste total seja destinado à habitação popular, como já ocorre em outros estados, pois atualmente a Cohab é uma mera repassadora de recursos. Isto vai movimentar a construção civil, gerando emprego e renda", inferência feita, colocou em discussão e votação, foi aprovado o seu relatório por unanimidade, sem mais nada a tratar o Presidente encerrou os trabalhos, a qual eu, Adelir Stolf, assessor da Comissão acima epigrafada, lavrei a presente Ata que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Wilson Vieira-Dentinho  
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 114/2006

REFERENTE: Contrato CL nº 051/2006-00, celebrado em 14/11/2006.  
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.  
OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a aquisição 10 (dez) impressoras multifuncionais laser, marca BROTHER, modelo MFC886ODN, ao preço unitário de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), totalizando o valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), conforme as especificações constantes do Edital, seus anexos e condições propostas pela Contratada.  
VALOR GLOBAL: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).  
REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irreajustáveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.  
VIGÊNCIA: A partir da sua assinatura até recebimento definitivo do objeto, permanecendo seus efeitos até o término da garantia.  
ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da AÇÃO 9192.8784 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - ALESC) e dos itens orçamentários 44.90.52.35 (Equipamentos de Processamento de Dados), ambos do Orçamento da ALESC.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 030/2006; Autorização para Processo Licitatório n.º 01186/2006.  
Florianópolis, 14 de novembro de 2006.  
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC.  
Rafael Vieira de Sousa - Sócio-gerente

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 115/2006

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 019/2006-00, celebrado em 31/10/2006.  
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: MMC CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA  
OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade: (1) ALTERAR QUANTITATIVAMENTE O OBJETO CONTRATUAL, para incluir R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais) correspondendo a 25% (vinte cinco por cento) do valor contratado; (2) Alterar o valor do Contrato original, passando o valor global de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para R\$ 937.500,00 (novecentos e trinta e sete mil e quinhentos reais).  
VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar na data de sua assinatura, ficando ratificado o contrato original em todas as suas demais cláusulas e condições.  
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e seu § 1º, da Lei nº 8.666/93; Item 12.7 do Edital Pregão 002/06; e, autorização administrativa  
Florianópolis, 01 de novembro de 2006.  
Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC.  
Tatiana Deeke - Sócia- Proprietária

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 320/05

Reconhece o Município de Iomerê como Capital Catarinense da Suinocultura.  
A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:  
Art. 1º Fica reconhecido o Município de Iomerê, como a Capital Catarinense da Suinocultura.  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 505/05

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva para Portadores de Deficiência Física de Itajaí - Clube Roda Solta, do Município de Itajaí.  
A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:  
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva para Portadores de Deficiência Física de Itajaí - Clube Roda Solta, do Município de Itajaí.  
Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 022/06

Declara de utilidade pública O Grito - Cia de Theatro, do Município de Blumenau.  
A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:  
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública O Grito - Cia de Theatro, do Município de Blumenau.  
Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 038/06

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Brusque e Transversais - AMORBRUT, do Município de Blumenau.  
A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:  
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Brusque e Transversais - AMORBRUT, do Município de Blumenau.  
Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 075/06**

Autoriza o corte da planta *Ateleia glazioviana* no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizado o corte da planta *Ateleia glazioviana* no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 088/06**

Institui o Programa Empresa Amiga da Escola no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa "EMPRESA AMIGA DA ESCOLA" no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de incentivar pessoas jurídicas à contribuírem para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública estadual.

Parágrafo único. A participação das pessoas jurídicas no Programa dar-se-á sob a forma de doações de recursos materiais, realização de obras de manutenção, conservação, reforma e ampliação dos prédios escolares ou de outras ações que visem a beneficiar o ensino nas escolas estaduais.

Art. 2º As pessoas jurídicas cooperantes poderão divulgar com fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola adotada, ficando proibida a utilização do espaço escolar, do material didático e de qualquer material de propriedade da escola para atingir tal objetivo.

Art. 3º A cooperação não implicará em ônus de nenhuma natureza ao poder público, nem concederá quaisquer prerrogativas aos cooperantes além daquelas previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 101/06**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Saudades.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Saudades, um terreno com um mil, oitocentos e quarenta e nove metros e quarenta e dois decímetros quadrados, parte do lote urbano nº 1, da Quadra nº 59, matriculado sob o nº 13.968 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se à instalação da sede do Destacamento da Polícia Militar de Saudades, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.553, de 21 de setembro de 2004.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 108/06**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Campo Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Alegre o imóvel constituído por um terreno de cinco mil, quarenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados, contendo benfeitorias com um mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados, onde se encontrava instalada a Escola de Ensino Fundamental Professor Jerônimo Francisco Coelho Pacheco, registrado sob o nº 14891 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul e cadastrado sob o nº 01068 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel, possibilitando novos investimentos por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:  
I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº**

**PL/0116.1/2006**

O art. 1º do Projeto de Lei nº 0116.1/2006 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, um terreno localizado no Município de São José, com duzentos metros quadrados, contendo uma casa com quarenta e seis metros e cinco decímetros quadrados, matriculado sob o n. 25.909 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José e cadastrado na Secretaria de Estado da Administração sob o n. 01209."

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/11/06

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 116/06**

Autoriza a reversão de imóvel no Município de São José.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, um terreno localizado no Município de São José, com duzentos metros quadrados, contendo uma casa com quarenta e seis metros e cinco decímetros quadrados, matriculado sob o n. 25.909 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José e cadastrado na Secretaria de Estado da Administração sob o n. 01209.

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei foi adquirido por doação e deixou de atender a finalidade da aquisição.

Art. 3º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 120/06**

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Itapocu, com sede no Município de Araquari.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Itapocu, com sede no Município de Araquari.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 157/06**

Declara de utilidade pública a Associação Luz do Bairro São Cristóvão - ALBS, do Município de Três Barras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Luz do Bairro São Cristóvão - ALBS, do Município de Três Barras.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 191/06**

Declara de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção, de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção, de Blumenau, com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 229/06**

Declara de utilidade pública a Associação Bombinense de Atletismo - ABA, de Bombinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Bombinense de Atletismo - ABA, com sede no Município de Bombinhas e foro na Comarca de Porto Belo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0236.8/2006**

Dê-se aos incisos V, VI, XVII e XXV do art. 1º do presente Projeto de Lei a seguinte redação:

"Art. 1º.....

V - um terreno situado na rua Antônio Cândido de Figueiredo, no Município de Blumenau, contendo uma área com um mil, setecentos e dez metros quadrados, matriculado sob o nº 9.595 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 00701 na Secretaria de Estado da Administração;

VI - um terreno situado à margem da BR-470, Km 58, no Município de Blumenau, contendo uma área com quatro mil, setecentos e sessenta e sete metros quadrados, registrado sob o nº 2.712 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 00699 na Secretaria de Estado de Administração;

XVII - um terreno situado no lugar denominado Barracão, no Município de Gaspar, contendo uma área com doze mil, quatrocentos e oitenta metros quadrados, matriculado sob o nº 14.031 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar e cadastrado sob o nº 10.014 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XXV - um terreno situado no lugar denominado Linha Chapecó, no Município de Coronel Freitas, contendo uma área com seis mil, quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados, matriculado sob o nº 13.771 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o antigo nº 6.184 na Secretaria de Estado da Administração;

Sala da Comissão, em  
Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/11/06

**JUSTIFICATIVA**

As necessárias alterações ao presente Projeto de Lei resultam de dados extraídos da Informação nº 5041/06, recebida da Secretaria de Estado da Administração, em resposta à diligência encaminhada àquela Pasta.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 236/06**

Autoriza a transferência de imóveis do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA ao Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA autorizado a transferir ao Estado de Santa Catarina, nos termos desta Lei, os seguintes imóveis:

I - um terreno situado na rua Curt Hering, no Município de Presidente Getúlio, contendo uma área com cinquenta mil metros quadrados, matriculado sob o nº 11.060 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama e cadastrado sob o nº 00761 na Secretaria de Estado da Administração;

II - um terreno situado na rua 15 de Novembro, no Município de Ibirama, contendo uma área com nove mil, quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados, registrado sob o nº R-28.166 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama e cadastrado sob o nº 00754 na Secretaria de Estado da Administração;

III - um terreno situado na rua João Pessoa, no Município de Porto União, contendo uma área com um mil, novecentos e oitenta e oito metros quadrados, matriculado sob o nº 8.178 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 10.020 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

IV - um terreno situado à margem da Estrada São João de Baixo, no Município de Garuva, contendo uma área com trinta mil, oitocentos e doze metros quadrados, registrado sob o nº 4.597 no 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul e cadastrado sob o nº 00645 na Secretaria de Estado da Administração;

V - um terreno situado na rua Antônio Cândido de Figueiredo, no Município de Blumenau, contendo uma área com um mil, setecentos e dez metros quadrados, matriculado sob o nº 9.595 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 00701 na Secretaria de Estado da Administração;

VI - um terreno situado à margem da BR-470, Km 58, no Município de Blumenau, contendo uma área com quatro mil, setecentos e sessenta e sete metros quadrados, registrado sob o nº 2.712 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 00699 na Secretaria de Estado de Administração;

VII - um terreno situado na rua Vale do Selke Grande, no Município de Pomerode, contendo uma área com oito mil metros quadrados, matriculado sob o nº 236 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode e cadastrado sob o nº 01977 na Secretaria de Estado da Administração;

VIII - um terreno situado no lugar denominado Rio do Peixe, no Município de Luiz Alves, contendo uma área com vinte e um mil, cento e sessenta e nove metros e quarenta e nove decímetros quadrados, matriculado sob o nº 2.632 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar e cadastrado sob o nº 00719 na Secretaria de Estado da Administração;

IX - um terreno situado à margem da Rodovia SC-413/474 - Trecho Guaramirim - BR-470, no Município de Massaranduba, contendo uma área com quatorze mil, trezentos e noventa metros quadrados, matriculado sob o nº 2.649 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim e cadastrado sob o nº 00718 na Secretaria de Estado da Administração;

X - um terreno situado no lugar denominado Linha Ribeirão Raso Feio, no Município de Aurora, contendo uma área com dezessete mil, quatrocentos e sessenta e nove metros e cinco decímetros quadrados, matriculado sob o nº 16.464 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.205 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XI - um terreno situado no lugar denominado Linha Ribeirão Raso Feio, no Município de Aurora, contendo uma área com três mil, oitocentos e cinquenta e três metros quadrados, matriculado sob o nº 7.600 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.225 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XII - um terreno situado no lugar denominado Linha Ribeirão Raso Feio, no Município de Aurora, contendo uma área com doze mil, quatrocentos e treze metros quadrados, matriculado sob o nº 1.066 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.010 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XIII - um terreno situado no lugar denominado Linha Ribeirão Raso Feio, no Município de Aurora, contendo uma área com quatro mil, trezentos e oitenta e sete metros quadrados, matriculado sob o nº 1.269 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.224 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XIV - um terreno situado no lugar denominado Linha Ribeirão do Salto Pilão, no Município de Lontras, contendo uma área com onze mil e seiscentos metros quadrados, registrado sob o nº 39.440 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.227 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XV - um terreno situado na rua 7 de Setembro, no Município de Laurentino, contendo uma área com trezentos e noventa metros quadrados, matriculado sob o nº 32.768 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.230 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XVI - um terreno situado no perímetro urbano do Município de Lontras, contendo uma área com um mil, quinhentos e oitenta e três metros e quarenta decímetros quadrados, registrado sob o nº 21.611 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 10.229 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XVII - um terreno situado no lugar denominado Barracão, no Município de Gaspar, contendo uma área com doze mil, quatrocentos e oitenta metros quadrados, matriculado sob o nº 14.031 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar e cadastrado sob o nº 10.014 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XVIII - um terreno situado no lugar denominado Claraíba - Rodovia SC-411, no Município de Nova Trento, contendo uma área com dezoto mil e quinhentos metros quadrados, matriculado sob o nº 4.920 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista e cadastrado sob o nº 00420 na Secretaria de Estado da Administração;

XIX - um terreno situado no lugar denominado Carmelo, no Município de São João Batista, contendo uma área com quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta metros quadrados, matriculado sob o nº 6.739 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista e cadastrado sob o nº 10.109 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XX - um terreno situado à margem da Rodovia SC-413/474 - Trecho Guaramirim - BR-470, no Município de Massaranduba, contendo uma área com vinte mil, cento e sessenta metros quadrados, matriculado sob o nº 2.225 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim e cadastrado sob o nº 02683 na Secretaria de Estado da Administração;

XXI - um terreno situado na antiga Fazenda dos Cardosos, no Município de Palmeiras, contendo uma área com cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro metros e sessenta decímetros quadrados, matriculado sob o nº 764 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 10.025 no Departamento Estadual de Infra-Estrutura;

XXII - um terreno situado à margem da Estrada Cerro Alto, no Município de Palmeiras, contendo uma área com sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e um metros e setenta e sete decímetros quadrados, matriculado sob os nºs 3.647, 3.649, 3.653, 4.357 e 4.359 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 00717 na Secretaria de Estado da Administração;

XXIII - um terreno situado à margem da Rodovia SC-453, Km 54, no Município de Videira, contendo uma área com onze mil, trezentos e vinte metros quadrados, com benfeitoria, matriculado sob o nº 589 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e cadastrado sob o nº 02134 na Secretaria de Estado da Administração;

XXIV - um terreno situado no lugar denominado Linha Scussiato, no Município de Videira, contendo uma área com cento e

quatorze mil, quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados, com benfeitoria, matriculado sob o nº 2.532 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e cadastrado sob o nº 02205 na Secretaria de Estado da Administração;

XXV - um terreno situado no lugar denominado Linha Chapecó, no Município de Coronel Freitas, contendo uma área com seis mil, quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados, matriculado sob o nº 13.771 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o antigo nº 6.184 na Secretaria de Estado da Administração;

XXVI - um terreno situado no lugar denominado Praia de Fora, no Município de Palhoça, contendo uma área com dez mil, seiscentos e trinta e um metros quadrados, registrado sob o nº 11.945 no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 00411 na Secretaria de Estado da Administração;

XXVII - um terreno situado no lugar denominado Praia de Fora, no Município de Palhoça, contendo uma área com sete mil e nove metros quadrados, registrado sob o nº 17.730 no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 00138 na Secretaria de Estado da Administração;

XXVIII - um terreno situado à margem da Estrada Geral de Massiambu Pequeno, no Município de Palhoça, contendo uma área com nove mil, vinte e oito metros e cinquenta decímetros quadrados, registrado sob o nº 19.128 no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 001036 na Secretaria de Estado da Administração; e

XXIX - um terreno situado no lugar denominado Palmital, no Município de Canoinhas, contendo uma área de noventa e noventa metros quadrados, matriculado sob o nº 12.859 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas e cadastrado sob o nº 00809 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por objetivo regularizar a situação legal e cartorial dos imóveis, posto que os mesmos não mais atendem aos interesses patrimoniais do DEINFRA.

Art. 3º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e pelo Presidente do DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 11 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 237.9/06

A ementa e o artigo 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

Ementa: Denomina o entroncamento que liga o município de Ouro Verde a SC-155), de Rodovia Jandir Antônio Catapan.

Art. 1º Fica denominado o entroncamento que liga o município de Ouro Verde a SC-155 (5,9 km), de "Rodovia Jandir Antônio Catapan".

#### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda é necessária para sanar as deficiências em relação à nomenclatura da Rodovia SC, haja vista mudanças ocorridas por força do Decreto Governamental nº 4.084, de 9 de março de 2006, que aprova o Plano Rodoviário Estadual e estabelece outras providências.

Deputado Onofre Santo Agostini

Autor do PL/0237.9/2006

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 07/10/06

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 237/06

Denomina o entroncamento que liga o Município de Ouro Verde a SC-155 de Rodovia Jandir Antônio Catapan.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado o entroncamento que liga o Município de Ouro Verde a SC-155, de Rodovia Jandir Antônio Catapan.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0242.6/2006**

Na Ementa e art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0242.6/2006, onde se lê "Associação de Micro e Pequenas Empresas (AMPE) de Lages", leia-se "Associação de Micro e Pequenas Empresas de Lages e Região Serrana - AMPE".

**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda Modificativa visa sanar lapso redacional na denominação da entidade, de acordo com o seu Estatuto, acostado à fl. 111 dos autos.

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/11/06

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 242/06**

Declara de utilidade pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Lages e Região Serrana - AMPE.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Lages e Região Serrana - AMPE, com sede e foro no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 243/06**

Altera a Lei nº 5.523, de 28 de fevereiro de 1979.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 1º da Lei nº 5.523, de 28 de fevereiro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
....."

II - Rodovia Pedro Rogério Garcia, o trecho da BR-283 ligando a BR-153 a Concórdia e Seara".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 07 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. PL/0244.8/06**

A ementa e o artigo 1º do presente Projeto de Lei, passam a vigorar com a seguinte redação:

Ementa: Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Balneário Caravelas - AMBC, com sede no Município de Governador Celso Ramos e foro na Comarca de Biguaçu.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Balneário Caravelas - AMBC, com sede no Município de Governador Celso Ramos e foro na Comarca de Biguaçu.

Sala das Sessões, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/11/06

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 244/06**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Balneário Caravelas - AMBC, de Governador Celso Ramos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Balneário Caravelas - AMBC, com sede no Município de Governador Celso Ramos e foro na Comarca de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 257/06**

Declara de utilidade pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Araquari - AMPE.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Araquari - AMPE, com sede e foro no Município e Comarca de Araquari.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 261/06**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da localidade da Estiva do Inferninho, no Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores da localidade da Estiva do Inferninho, com sede e foro no Município e Comarca de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 266/06**

Declara de utilidade pública a Associação de Handebol Tunápolis, do Município de Tunápolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Handebol Tunápolis, com sede e foro no Município e Comarca de Tunápolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0269.6/2006**

A emenda e o Art. 1º do presente Projeto de Lei, passam a vigorar com a seguinte redação:

Ementa: Declara de utilidade pública a Organização não-Governamental Centro Cultural e Beneficente Francisco Murilo Pinto, da Cidade de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização não-Governamental Centro Cultural e Beneficente Francisco Murilo Pinto, com sede e foro na Cidade de Tubarão.

Sala das Sessões, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/11/06

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 269/06**

Declara de utilidade pública a Organização não-Governamental Centro Cultural e Beneficente Francisco Murilo Pinto, da Cidade de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização não-Governamental Centro Cultural e Beneficente Francisco Murilo Pinto, com sede e foro na Cidade de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 271/06**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Porto Grande, do Município de Araquari.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Porto Grande, com sede no Município de Araquari.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 277/06**

Declara de utilidade pública o Clube de Basquete Chapecó - CBC, do Município de Chapecó.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Basquete Chapecó - CBC, com sede e foro no Município e Comarca de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### Emenda Aditiva nº 01/2006 ao Projeto de Lei 0293.6/2006

Inclui-se parágrafo 2º ao art. 1º do Projeto de Lei 0293.6/2006, que "autoriza a aquisição de imóveis no Município de Joinville (instalação da unidade da Secretaria da Fazenda, da Junta Comercial do Estado e outros órgãos)", renumerando-se o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 1º...

...

§ 2º A autorização prevista nesta lei inclui o bem principal, descrito nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, com todos os seus acessórios, pretensões ou demais bens que guarnecem o mesmo."

Deputado Wilson Vieira - Dentinho

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 08/11/06

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 293/06

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, no Município de Joinville, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Joinville, avaliados em R\$ 1.023.500,00 (um milhão, vinte e três mil e quinhentos reais), os seguintes imóveis devidamente equipados:

I - sala comercial com quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados, localizada no 10º andar do Ed. Manchester, situada na Rua do Príncipe e matriculada sob o nº 7.933 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville;

II - sala comercial com quatrocentos e vinte e nove metros e quarenta decímetros quadrados, localizada no 10º andar do Ed. Manchester, situada na Rua do Príncipe e matriculada sob o nº 7.934 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville;

III - sala comercial com quatrocentos e sessenta metros e sessenta decímetros quadrados, localizada no 11º andar do Ed. Manchester, situada na Rua do Príncipe e matriculada sob o nº 18.915 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville; e

IV - sala comercial com quatrocentos e cinqüenta e cinco metros quadrados, localizada no 11º andar do Ed. Manchester, situada na Rua do Príncipe e registrada sob o nº 33.507 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

§ 1º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pelo inciso X do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

§ 2º A autorização prevista nesta Lei inclui o bem principal, descrito nos incisos I, II, III e IV do art. 1º, com todos os seus acessórios, pertenças ou demais bens que guarnecem o mesmo.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação da unidade regional da Secretaria de Estado da Fazenda, da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e de outros órgãos que atualmente utilizam imóveis alugados.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Fundo de Esforço Fiscal - FEF (5292), no item 4.4.90.61.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 303/06

Declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Germânico E.E.B. São Bento, do Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade o Grupo Folclórico Germânico E.E.B. São Bento, com sede e foro no Município e Comarca de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 312/06

Institui o dia 29 de novembro como Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 29 de novembro como Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Art. 2º O Governo do Estado e a Assembléia Legislativa promoverão atividades alusivas à efeméride.

Parágrafo único. Estas atividades serão desenvolvidas conjuntamente com entidades árabe-brasileiras sediadas no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 056/2006

Altera dispositivos da Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O *caput* e o § 3º do art. 113 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 113. O militar da ativa, julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes nos itens I e II do art. 111, será reformado com proventos calculados com base nos vencimentos correspondentes ao grau hierárquico imediato ao que possuía na ativa. (NR)

§ 3º O militar da ativa julgado incapaz somente para o serviço militar por um dos motivos constantes nos itens III, IV e V do art. 111, será reformado com proventos calculados com base nos vencimentos correspondentes ao grau hierárquico que possuía na ativa. (NR)

Art. 2º O militar já reformado em virtude de ter sido julgado incapaz por um dos motivos a que se refere o *caput* ou o § 2º do art. 113 terá os proventos recalculados para adequação às disposições desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.

##### PRS/0019.1/06

A Ementa e o art. 1º da Resolução nº 0009, de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa."

Celestino Secco

Deputado Estadual

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 14/11/06

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 19, DE 2006

Altera dispositivos da Resolução nº 09 de 2006.

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Resolução nº 09, de 19 de abril de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa. (NR)"

Art. 2º O art. 13 da Resolução nº 09, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A outorga da medalha prevista será procedida conforme o disposto no art. 22. (NR)"

Art. 3º O art. 22 da Resolução nº 09, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. ....

§ 3º A honraria referida na Seção VI, do Capítulo II, deverá ter, além da indicação referida no *caput*, uma originária do Lions Clube Catarinense. (NR)"

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006  
Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício  
\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20, DE 2006**

Denomina Deputada Antonieta de Barros o Auditório da Assembléia Legislativa.

Art. 1º Fica denominado Deputada Antonieta de Barros o Auditório da Assembléia Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 21, DE 2006**

Altera o § 2º do art. 28 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º O § 2º do art. 28 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. ....

§ 2º Perderá o benefício do adicional de Pós-Graduação o servidor que deixar de cumprir o requisito estabelecido para a sua concessão quanto ao efetivo exercício na Assembléia Legislativa, salvo disposição em contrário disposta em termo de convênio conforme o disposto no art. 29." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2006.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PRS Nº 0022.7/2006**

O artigo 1º do Projeto de Resolução n. 0022.7/2006, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 1º. ....

"Art. 20. Além do vencimento do cargo, aos ocupantes dos cargos de Diretor, Assessor Especial e Assessor Parlamentar será atribuída a função de confiança FC-7 e aos Coordenadores, Executivo de Gabinete da Presidência, Secretário-Geral, Assessor de Imprensa e Secretário Particular da Presidência, a função de confiança FC-6, respectivamente. (NR)

(...)"

Sala das Sessões, em

Deputado Onofre Santo Agostini

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 14/11/06

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 22, DE 2006**

Altera o caput do art. 20 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º O caput do art. 20 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Além do vencimento do cargo, aos ocupantes dos cargos

de Diretor, Assessor Especial e Assessor Parlamentar será atribuída a função de confiança FC-7 e aos Coordenadores, Executivo de Gabinete da Presidência, Secretário-Geral, Assessor de Imprensa e Secretário Particular da Presidência, a função de confiança FC-6, respectivamente. (NR)

....."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2006

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÕES****RESOLUÇÃO N. 0014, de 2006**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera dispositivos da Resolução nº 09 de 2006.

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Resolução nº 09, de 19 de abril de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembléia Legislativa. (NR)"

Art. 2º O art. 13 da Resolução nº 09, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. A outorga da medalha prevista será procedida conforme o disposto no art. 22. (NR)"

Art. 3º O art. 22 da Resolução nº 09, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. ....

§ 3º A honraria referida na Seção VI, do Capítulo II, deverá ter, além da indicação referida no caput, uma originária do Lions Clube Catarinense. (NR)"

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua

publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de novembro de 2006

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 0015, de 2006**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Denomina Deputada Antonieta de Barros o Auditório da Assembléia Legislativa.

Art. 1º Fica denominado Deputada Antonieta de Barros o Auditório da Assembléia Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua

publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de novembro de 2006

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 0016, de 2006**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera o § 2º do art. 28 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º O § 2º do art. 28 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. ....

§ 2º Perderá o benefício do adicional de Pós-Graduação o servidor que deixar de cumprir o requisito estabelecido para a sua concessão quanto ao efetivo exercício na Assembléia Legislativa, salvo disposição em contrário disposta em termo de convênio conforme o disposto no art. 29." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2006.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de novembro de 2006

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 0017, de 2006**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera o caput do art. 20 da Resolução nº 02, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º O caput do art. 20 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Além do vencimento do cargo, aos ocupantes dos cargos de Diretor, Assessor Especial e Assessor Parlamentar será atribuída a função de confiança FC-7 e aos Coordenadores, Executivo de Gabinete da Presidência, Secretário-Geral, Assessor de Imprensa e Secretário Particular da Presidência, a função de confiança FC-6, respectivamente. (NR)

....."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua

publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de novembro de 2006

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*